

JORNALISMO E SOCIEDADE:

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE DILMA ROUSSEFF NA
COBERTURA DO *IMPEACHMENT*
NA FOLHA DE SÃO PAULO



ALESSANDRA ABDALLA
GARDENE LEÃO DE CASTRO

JORNALISMO E SOCIEDADE:

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
DE DILMA ROUSSEFF NA
COBERTURA DO *IMPEACHMENT*
NA FOLHA DE SÃO PAULO



ALESSANDRA ABDALLA
GARDENE LEÃO DE CASTRO



2026 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica.

Copyright do texto © 2026 As autoras.

Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelas autoras.

Open access publication by Thesis Editora Científica.

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira.

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien.

Foto da capa: Foto oficial da presidente Dilma Rousseff feita no Palácio do Alvorada no dia 9 de janeiro de 2011 pelo fotógrafo oficial (Roberto Stuckert Filho).

Revisão: As autoras.



Licença Creative Commons

JORNALISMO E SOCIEDADE: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DILMA ROUSSEFF NA COBERTURA DO IMPEACHMENT NA FOLHA DE SÃO PAULO da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

ISBN: 978-65-83199-67-6

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br



**JORNALISMO E SOCIEDADE: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DILMA ROUSSEFF NA
COBERTURA DO IMPEACHMENT NA FOLHA DE SÃO PAULO**

Alessandra Abdalla

MBA Digital Strategy Leadership, IPOG (Instituto de Pós-Graduação). Graduada em Relações

Pública pela Universidade Federal de Goiás. alessandrabdalla@gmail.com.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5589584221742491>.

Gardene Leão de Castro

Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Goiás. Pós-Doutora em

Educação. Doutora em Sociologia. Mestre em Educação. Pós-Graduada em Assessoria de

Comunicação. Pós-Graduada em Juventude. Relações Públicas. gardeneleao@ufg.br.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2927850480430185>

Essa pesquisa é resultado do TCC intitulado "Jornalismo e Sociedade: As Representações Sociais de Dilma Rousseff na cobertura do Impeachment na Folha de São Paulo", aprovado pelo Curso de Relações Públicas da FIC/UFG.

CONSELHO EDITORIAL

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – lattes.cnpq.br/9585477678289843
Adilson Tadeu Basquerote Silva – lattes.cnpq.br/8318350738705473
Andréia Barcellos Teixeira Macedo – lattes.cnpq.br/1637177044438320
Eliana Napoleão Cozendey da Silva – lattes.cnpq.br/2784584976313535
Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – lattes.cnpq.br/8295495634814963
Luís Carlos Ribeiro Alves – lattes.cnpq.br/9634019972654177
João Vitor Andrade – lattes.cnpq.br/1079560019523176
Bruna Aparecida Lisboa – lattes.cnpq.br/1321523568431354
Júlio César Coelho do Nascimento – lattes.cnpq.br/7514376995749628
Ana Paula Cordeiro Chaves – lattes.cnpq.br/4006977507638703
Stanley Keynes Duarte dos Santos – lattes.cnpq.br/3992636884325637
Brena Silva dos Santos – lattes.cnpq.br/8427724475551636
Jessica da Silva Campos – lattes.cnpq.br/7849599391816074
Milena Cordeiro de Freitas – lattes.cnpq.br/5913862860839738
Thiago Alves Xavier dos Santos – lattes.cnpq.br/4830258002967482
Clarice Bezerra – lattes.cnpq.br/8568045874935183
Bianca Thaís Silva do Nascimento – lattes.cnpq.br/4437575769985694
Ana Claudia Rodrigues da Silva – lattes.cnpq.br/6594386344012975
Francisco Ronner Andrade da Silva – lattes.cnpq.br/5014107373013731
Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta – lattes.cnpq.br/8440258181190366
Anita de Souza Silva – lattes.cnpq.br/9954744050650291
Sara Milena Gois Santos – lattes.cnpq.br/6669488863792604
Leônidas Luiz Rubiano de Assunção – lattes.cnpq.br/4636315219294766
Jose Henrique de Lacerda Furtado – lattes.cnpq.br/8839359674024233
Noeme Madeira Moura Fé Soares – lattes.cnpq.br/7107491370408847
Luciene Rodrigues Barbosa – lattes.cnpq.br/2146096901386355
Mário César de Oliveira – lattes.cnpq.br/8924508898024445
Antonio da Costa Cardoso Neto – lattes.cnpq.br/9036328153320126



2026 - Thesis Editora Científica

Copyright © Thesis Editora Científica.

Copyright do texto © 2026 As autoras.

Copyright da edição © 2026 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelas autoras.

Open access publication by Thesis Editora Científica.

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira.

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Ed. Cien.

Foto da capa: Foto oficial da presidente Dilma Rousseff feita no Palácio do Alvorada no dia 9 de janeiro de 2011 pelo fotógrafo oficial (Roberto Stuckert Filho).

Revisão: As autoras.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Abdalla, Alessandra. Castro, Gardene Leão de.

Jornalismo e sociedade [livro eletrônico] : as representações sociais de Dilma Rousseff na cobertura do Impeachment na Folha de São Paulo / Alessandra Abdalla, Gardene Leão de Castro. -- Teresina, PI : Thesis Editora Científica, 2026.

PDF

Vários colaboradores

Bibliografia

ISBN 978-65-83199-67-6

1. Coberturas 2. Folha de S. Paulo (Jornal) 3. Impeachment - Brasil 4. Jornalismo 5. Jornalismo -Aspectos sociais 6. Rousseff, Dilma, 1947- 7. Representações sociais 8. Sociedade I. Castro, Gardene Leão de. II. Título.

26-386968.0

CDD-302.23

Índices para catálogo sistemático:

1. Jornalismo : Comunicação social : Sociologia 302.23

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Thesis Editora Científica
Teresina – PI – Brasil
contato@thesiseditora.com.br
www.thesiseditora.com.br



*“Nesse momento de tão pouca luz à vista / E
tanto ataque ao que é direito e é conquista / Eu
canto tanto desistência, o desencanto / Mas
canto a luta, a resistência, tanto quanto / E
quanto àqueles que ainda pensam que detém-
nos / Eu canto e grito à pulmões e peito plenos:
/ Não quero mais nenhum direito a menos.”*

(Moska / Carlos Rennó)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PAC – Programa de Aceleração e Crescimento

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

TRS – Teoria das Representações Sociais

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto de Dilma ao ser presa.....	17
Figura 2 – Dilma Rousseff, aos 22 anos, é interrogada	18
Figura 3 – A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) durante seminário sobre pré-sal em Brasília, no dia 22 de setembro.....	19
Figura 4 – Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do Brasil	20
Figura 5 – Presidente Dilma transpassada por uma espada, durante cerimônia militar	21
Figura 6 – O distanciamento entre a presidente e o seu vice eram visíveis desde sua posse	24
Figura 7 – Editorial do primeiro dia do processo 1.....	40
Figura 8 – Editorial do primeiro dia do processo 2.....	42
Figura 9 – Editorial do primeiro dia do processo 3.....	44
Figura 10 – Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 1.....	47
Figura 11 – Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 2.....	49
Figura 12 – Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 3.....	52
Figura 13 – Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 4.....	54
Figura 14 – Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 5.....	56
Figura 15 – Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 6	58
Figura 16 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 1	60
Figura 17 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 2	61
Figura 18 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 3	62
Figura 19 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 4	64
Figura 20 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 5	65
Figura 21 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 6	66
Figura 22 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 7	67

Figura 23 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 8	69
Figura 24 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 9	70
Figura 25 – Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 10	71
Figura 26 – Editorial relacionado com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 1.....	75
Figura 27 – Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 2.....	77
Figura 28 – Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 3.....	78
Figura 29 – Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 4.....	80
Figura 30 – Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 5.....	81
Figura 31 – Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 6.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fluxo de notícias relacionadas ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff	39
Quadro 2 – Fluxo de notícias relacionadas ao <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff nas datas selecionadas para análise, no Editorial de Opinião.....	39
Quadro 3 – Fluxo de notícias relacionadas ao Democracia em Vertigem Dilma Rousseff nas datas selecionadas para análise, no Editorial de Opinião.....	39

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO.....	16
2.1	A trajetória de Dilma Rousseff	16
2.2	Jornal Folha de São Paulo.....	21
2.3	Documentário Democracia em Vertigem.....	23
3.	CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS.....	26
3.1	O que são Representações Sociais?	26
3.2	Ancoragem e Objetivação	29
3.3	Relações Públicas, Mídia, Espetáculo e Política: como esses termos se relacionam	31
4.	PESQUISA NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO	37
4.1	Metodologia	38
4.2	Tratamento dos dados.....	38
4.3	Dilma Rousseff: refém das chantagens de Eduardo Cunha.....	39
4.4	Dilma dá sinais de esgotamento e petistas se preocupam com sua disposição para liderar defesa 47	
4.5	O espetáculo: Dilma perde o cargo de Presidente da República	59
4.6	Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff	73
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS	86

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa analisar a construção de representações sociais sobre a ex-presidente Dilma Vana Rousseff, pelo Jornal Folha de São Paulo, por meio do estudo dos textos das notícias publicadas nas colunas de opinião durante o processo de *impeachment*, em 2014. A fim de embasar-nos teoricamente, utilizamos os conceitos de representações sociais, comunicação e política e espetáculo.

Os motivos pelos quais realizamos esta pesquisa está baseada no fato de que os discursos narrativos midiáticos estão presentes no nosso dia a dia, produzindo sentidos e causando um impacto na sociedade. O que nos despertou o interesse por tal tema foi o exatamente esta questão: como os acontecimentos políticos e os discursos narrativos da mídia podem interferir ou não no nosso modo de pensar, agir e criar um pré-conceito em relação às pessoas, objetos e ideias.

Não sem razão, recorremos às notícias publicadas na Folha de São Paulo. Verificamos que no dia 26 de outubro de 2014, Dilma Rousseff foi reeleita, em segundo turno, enfrentando Aécio Neves, candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O Partido, inconformado com o resultado das urnas, buscou aliança com outros partidos e auditou as Eleições de 2014, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas não encontrou fraude. Já se falava em *impeachment*. A partir disso, desencadeou-se uma das maiores crises políticas já enfrentadas no Brasil.

O processo de *impeachment* teve início no dia 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aceitou o pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal e terminou no dia 31 de agosto de 2016, totalizando 273 dias. A acusação era a de que haveria crime de responsabilidade, ou seja, infração político-administrativa cometida no desempenho da função presidencial.

No dia 17 de abril de 2016, houve a votação para o acolhimento do pedido de *impeachment* de Dilma, na Câmara dos Deputados, de acordo com matéria da redação do Senado Notícias¹, com o placar de 367 votos favoráveis e 137 contrários, além de 7 abstenções e 2 ausências. No dia 12 de maio de 2016, Dilma foi afastada, após votação no Senado e Michel Temer assume a presidência interinamente. No dia 31 de agosto de 2016, por 61 votos

¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>

favoráveis e 20 votos contrários, o Senado da República consolida o *impeachment* e afasta Dilma. Temer toma posse logo após a votação.

Ao longo desta pesquisa, selecionamos 25 editoriais para uma análise geral sobre a narrativa diante dos fatos apresentados. Os textos jornalísticos que serão aqui abordados foram publicados nos dias 2 de dezembro de 2015, 12 de maio de 2016 e 31 de agosto de 2016. A escolha do primeiro dia a ser analisado ocorreu devido ao fato de que o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acolheu os pedidos dos juristas para o início do processo de *impeachment*; no segundo dia aconteceu o afastamento de Dilma Rousseff; e o terceiro e último dia, foi o momento em que aconteceu de fato a consolidação do *impeachment*.

Além disso, serão analisadas notícias publicadas entre os dias 19 de junho de 2019 e 9 de fevereiro de 2020, data de lançamento do documentário Democracia em Vertigem e dia da 92ª cerimônia de entrega dos *Academy Awards*, ou Oscar 2020, respectivamente.

Com todos esses acontecimentos na vida da autoridade hierarquicamente mais importante no Brasil, a mídia não poderia ficar de fora. Foram reportagens, entrevistas exclusivas, tudo o que envolvia a presidente e seus aliados era exposto. Durante todo o processo, Dilma enfrentou sucessivas mudanças em sua representação social. O povo buscava se informar e a mídia cedia as informações.

Nesta pesquisa, a ideia inicial seria analisar as notícias acerca do processo transmitidas pelo Jornal Nacional, da Rede Globo. No entanto, após darmos início a uma pesquisa exploratória, ou seja, após ser feito um levantamento bibliográfico, utilizando autores para uma explanação científica e estudo de caso, pudemos ver que havia vasto conteúdo acerca da temática nos veículos impressos. Ao direcionar a busca de material na mídia impressa, recorreremos à cobertura realizada pelo jornal Folha de S. Paulo.

Por se tratar de um jornal de ampla circulação em território nacional e por sua credibilidade e compromisso com a informação e com seus leitores, a Folha de S. Paulo foi a escolhida como *corpus* para que seja investigado como a teoria das representações sociais estão presentes no nosso dia a dia e como a mídia interfere no modo em que pensamos e agimos. Portanto, teremos como questão problema: a maneira que Dilma Rousseff foi representada na Folha de S. Paulo?

O estudo será apresentado em três partes, sendo que iniciaremos com a contextualização do objeto, relatando a trajetória de Dilma Rousseff, através do livro A vida quer é coragem: A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil, de Ricardo Batista Amaral;

seguiremos com a história da Folha de São Paulo e sua relação com a política brasileira; e, por fim, vamos falar sobre o documentário *Democracia em Vertigem*, de Petra Costa, que relata boa parte do fato histórico do *impeachment* de Dilma.

Para finalizar esta pesquisa e para responder à questão problema, iremos fazer o tratamento dos dados colhidos nos textos jornalísticos da Folha de S. Paulo, baseando-nos na metodologia e nas teorias de autores, partindo para a análise dos mesmos. Nas considerações finais, serão expostos os resultados das análises e do estudo de caso. Portanto, na última parte, o trabalho contemplará a análise acerca das representações sociais da ex-presidente na Folha de São Paulo, de acordo com os momentos escolhidos para a análise. Este tem como finalidade fazer uma ligação com a teoria aqui estudada em relação à análise que será realizada e, com isso, a partir do que foi observado por meio dos momentos selecionados, abordar os resultados obtidos.

A ideia central que norteia esta pesquisa está relacionada ao conceito de representações sociais, importante para refletir sobre a perspectiva que foi pautada pelo jornal Folha de São Paulo.

Com o intuito de complementar esta pesquisa, será realizada uma breve análise selecionando alguns artigos publicados na editoria de Opinião e, com isso, realizar uma comparação com a editoria de Poder. Esta análise considera-se secundária.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

A trajetória da ex-presidente do Brasil será relatada a partir do livro de Ricardo Batista Amaral, *A vida quer é coragem: A trajetória de Dilma Rousseff*, a primeira presidenta do Brasil, publicado em 2011. Será relatada a história de Dilma com a política desde a época de militante até seu primeiro mandato como presidente eleita.

A história do Jornal Folha de São Paulo será relatada a partir do *site* institucional do Grupo Folha, juntamente com a sua trajetória em relação à política brasileira.

Sobre o documentário *Democracia em Vertigem*, sua parte informativa será retirada de seu *site* oficial e do *clipping* disponibilizado por ele.

2.1 A trajetória de Dilma Rousseff

Batizada com o mesmo nome de sua mãe e tendo o segundo nome, Vana, em homenagem à irmã mais nova de seu pai, Dilma Vana Rousseff, iniciou sua militância política aos 16 anos, quando ingressou no Colégio Estadual Central, em Belo Horizonte. O colégio era conhecido por ter ótimo ensino e era o coração do movimento estudantil secundarista. À época, Dilma gostava de se intitular como subversiva, aquela que muda a ordem.

Durante sua militância, Dilma conheceu o jornalista revolucionário Cláudio Galeno, com quem se casou em setembro de 1967 e juntos, como companheiros, eles fundaram o Comando de Libertação Nacional (Colina).

Dilma e Galeno se mudaram para um imóvel deixado por Pedro Rousseff, pai de Dilma. Bem localizado e perto da Faculdade de Direito, o apartamento se torna o aparelho da Colina. O nome “aparelho” era utilizado por militantes e pela polícia para se referir aos esconderijos da esquerda.

Juntos, o casal secundarista teve seu apartamento “queimado” e já havia realizado muitas missões até que, ao fim da Colina, o casamento dos dois também chegou ao fim e, então, Dilma se apaixona por Carlos Araújo. Na luta armada contra a ditadura militar, começaram a dirigir a organização clandestina Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares.

Figura 1 - Foto de Dilma ao ser presa



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1970.

Aos 22 anos, Dilma é presa em São Paulo, no Destacamentos de Operação Interna e aos Centros de Operações e Defesa Interna (DOI-Codi) e vivencia o custo da democracia. A tortura servia como uma maneira de se conseguir informações sobre os demais companheiros, tais como nomes e endereços. Dilma foi submetida à palmatória, choques elétricos, pau de arara e tantas outras torturas, como ficar exposta ao frio e sem comer, a mando do Capitão Benoni de Arruda Albernaz.

Figura 2 - Dilma Rousseff, aos 22 anos, é interrogada.



Fonte: Adir Meira, 1970.

Como podemos ver na figura acima, todos os homens que estão julgando Dilma representam a elite opressora da época. A linguagem corporal dos expostos na foto, escondendo seus rostos diante das câmeras fotográficas, se assemelha muito ao que vemos no dia a dia, quando um criminoso é detido, por exemplo. Considerando a época, isso era uma tentativa de manter sua integridade, além de indicar certo sentimento de desonra, pois o que era cometido, era crime.

Para Dilma, segundo o que é relatado no livro de Ricardo Batista Amaral (2011), a letra de Paulinho Viola, *Para um amor no Recife*, soa como uma metáfora para seu sofrimento:

A razão porque mando um sorriso/E não corro/É que andei levando a vida/Quase morto/Quero fechar a ferida/Quero estancar o sangue/E sepultar bem longe/O que restou da camisa/Colorida que cobria minha dor/Meu amor eu não esqueço/Não se esqueça por favor/Que voltarei depressa/Tão logo a noite acabe/Tão logo este tempo passe/Para beijar você (VIOLA, 1971)

Antes de ser eleita a primeira presidente mulher do Brasil, Dilma teve um currículo extenso: foi presa e torturada durante o regime militar, formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ajudou na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, se tornou mãe de Paula e ocupou alguns cargos públicos.

Anos depois, foi incorporada ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi ministra-chefe da Casa Civil, foi secretária de Fazenda da prefeitura de Porto Alegre, presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e duas vezes secretária de Energia, Minas e Comunicação e, durante o Governo Lula, foi ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil, enfrentou um linfoma e chamou a atenção de Lula por sua competência ao evitar um segundo apagão.

Figura 3 - A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) durante seminário sobre pré-sal em Brasília, no dia 22 de setembro.



Fonte: Elza Fiúza/Agência Brasil, 2016.

“Na metade de 2008, os sinais de que Dilma Rousseff era a candidata à sucessão que o presidente Lula trazia no peito pareciam tão claros quanto as manhãs de Brasília” (AMARAL, 2011, p.182).

Figura 4 - Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher presidente do Brasil.



Fonte: Marcello Casal/Agência Brasil, 2011.

Quando Dilma assumiu a Presidência do Brasil, vários escândalos de corrupção envolvendo pessoas próximas à presidente vieram à tona. Em 2013, sucessivas manifestações contra seu governo se espalharam pelo Brasil, fazendo com que o governo enfrentasse uma queda expressiva de popularidade. “Quem passou pela violência do pau de arara, pelas máquinas de choques elétricos, pela agonia incerta de resistir à tortura sabe que a vida não é fácil. Nunca foi.” (AMARAL, 2011, p.17).

Figura 5 - Presidente Dilma transpassada por uma espada, durante cerimônia militar.



Fonte: Wilton de Sousa Júnior, 2011.

Durante as eleições de 2014, Dilma concorre à reeleição e, em 26 de outubro de 2014, vence Aécio Neves nas urnas. Tranquila para enfrentar dificuldades, Dilma tem como lema: Não existe vida sem luta. A ex-presidente não imaginava o que ainda iria enfrentar: o processo de *impeachment*.

2.2 Jornal Folha de São Paulo

O jornal Folha de São Paulo é controlado pelo Grupo Folha, juntamente com o *site* UOL e a gráfica Plural, além de outros negócios.

Em 1921, o Grupo Folha fundou um jornal voltado para a classe média urbana, a Folha da Noite. Logo depois, vieram os títulos Folha da Manhã (1925) e Folha da Tarde (1949). A junção dos três jornais se deu em 1960, dando origem à Folha de S. Paulo.

Em 1983, foi criado o departamento de pesquisas e informática do Grupo Folha da Manhã, o Datafolha, com o intuito de servir como uma ferramenta de planejamento para o jornal Folha de S. Paulo. As atribuições do departamento cresceram e ele se tornou uma empresa independente, responsável por elaborar pesquisas eleitorais, levantamentos estatísticos e pesquisas de opinião pública.

O Datafolha produz análises e informações precisas sobre assuntos importantes para a opinião pública brasileira. Desde o começo da sua história, o Departamento de Pesquisa da Folha, como era chamado, passou a ter um papel importante durante as eleições.

Foi em 1989, na primeira eleição presidencial direta após duas décadas de ditadura, que o instituto se destacou, ao anunciar que Lula seria o adversário de Collor no segundo turno. O resultado das pesquisas ajudou a reforçar a credibilidade do Datafolha, o que o projetou como um dos institutos mais importantes do país.

Atualmente, o Instituto de Pesquisas Datafolha está estruturado em três áreas: a Divisão Casa, que contempla pesquisas eleitorais, levantamentos estatísticos, esportes e pesquisas de opinião pública; a Divisão Mercado, na qual estão inseridas as áreas de mídia, mercado e suporte, além de produtos contínuos; e a área Campo, responsável por planejamento, processamento e análises estatísticas.

Outro fato importante também informado pelo Datafolha aconteceu em 2013, durante as manifestações que abalaram a popularidade da então presidente Dilma Rousseff. O instituto acompanhou de perto, quando o povo tomou as ruas do país, consultando a opinião dos brasileiros sobre o assunto e oferecendo a mais completa radiografia dos protestos que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho.

O Folha *Online*² foi criado em 1995, se tornando o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa. De acordo com o material institucional do jornal, a Folha tem o compromisso em produzir conteúdo de qualidade para que sirva como registro histórico, prevalecendo os valores do jornalismo profissional.

Tem como desafio seguir regras técnicas e padrões de conduta que garantem relatos fidedignos de fatos relevantes, diferenciando rumor de realidade, notícias de notícias falsas ou qualquer informação reproduzida fora do contexto original. O compromisso é produzir um conteúdo na internet seguindo os princípios editoriais: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independente.

Em dezembro de 2015, mês em que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início, a Folha teve o maior volume de visitantes únicos de sua história, segundo dados da *Adobe Analytics*, serviço de medição de audiência utilizado pelo jornal.

Apenas no dia 16 de dezembro, o jornal recebeu 6,2 milhões de visitantes. Quatro milhões de dispositivos móveis visitaram o *site* da Folha, num índice inédito para o jornal e, considerando apenas os *smartphones*, o número maior do que todo o volume de leitores do dia da eleição de 2014. A responsável pelo aumento de audiência foi a exclusividade da reportagem Justiça determina bloqueio do Whatsapp no Brasil por 48 horas. Em todo o mês de dezembro, o *site* gerou 305 milhões de visualizações de página.

Já em outubro de 2018, mês de eleições presidenciais, a Folha *Online* teve um total de 470.993.508 páginas acessadas e 63.863.739 visitantes diferentes no *site*, segundo *Google Analytics*.

2.3 Documentário Democracia em Vertigem

Segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015), o significado de vertigem é: “Sensação de movimento giratório ou oscilatório do corpo ou do seu entorno, causada por um distúrbio do equilíbrio; tonteira, tontura, vágado”. Por extensão, seria ainda uma “sensação de desmaio ou de desfalecimento”. Ainda segundo a definição do dicionário *on-line*, vertigem também pode ser definida como “loucura momentânea; rápida alienação dos sentidos; desvario” ou como “desejo irresistível; tentação repentina”.

O documentário começa com Petra Costa, a diretora do filme, narrando uma história rápida sobre o Brasil, começando desde a origem do seu nome, passando pela conquista da democracia, após 21 anos de ditadura, e chegando ao cenário atual: uma presidente destituída e um país que caminha a largos passos rumo ao seu passado autoritário. Teria sido a democracia, um sonho?

Fazendo uma relação entre a trajetória de sua vida e a democracia brasileira, Petra Costa conta sobre a história de seus pais, que viveram os anos 1970 na clandestinidade, após serem presos por conta do Regime Militar. Em seguida, mostra a ascensão de Lula, um metalúrgico, sindicalista e principal fundador do Partido dos Trabalhadores (PT). Ali, o Brasil caminhava para a democracia. Toda a história de Lula é contada até chegar em sua sucessora: Dilma Vana Rousseff.

O jogo de interesse mostrado em 121 minutos de documentário chama a atenção. Os laços não tão fortes entre o PT, partido de Dilma, e o então Partido do Movimento Democrático

Brasileiro (PMDB), partido de Temer, seu vice, eram frutos de uma tentativa de ganhar força política. Mas a estratégia não deu tão certo, como muitos previam.

Figura 6 - O distanciamento entre a presidente e o seu vice eram visíveis desde sua posse.



Fonte: Orlando Brito, 2011.

Ao longo do documentário, somos instigados a tentar entender a rachadura formada no Brasil, que começou no passado e pode ser vista até os dias de hoje. O grande questionamento do documentário é sobre se algum dia o nosso país já foi uma mistura homogênea ou se sempre fomos heterogêneos.

Em 2013, acontece um “abalo sísmico”, como descrito por Petra (2019). As manifestações que começaram por conta do aumento da tarifa de ônibus trouxeram à tona a insatisfação de um povo, causando uma fissura profunda e dividindo o país.

Segundo o *site* do Datafolha (2013), em março de 2013, o Governo de Dilma era avaliado como ótimo ou bom para 65% dos brasileiros. Após 3 meses, em junho do mesmo ano, sua popularidade despencou 27 pontos em apenas três semanas de protestos. Na tentativa de reverter a situação, Dilma aprovou leis anticorrupção, entre elas a delação premiada. Dali em diante, se iniciaria um verdadeiro tsunami no cenário político brasileiro, chegando até à Operação Lava Jato, que atingiu políticos de vários partidos, entre eles o PT.

Mesmo em meio a escândalos, Dilma ganha as eleições de 2014, derrotando Aécio Neves, seu principal adversário, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O resultado causou insatisfação nos tucanos, que começaram a atacar o PT. Até mesmo a segurança das urnas foi questionada, despertando uma onda que, então, dividiu o Brasil.

Os grupos de direita, como o Vem pra rua, invadiram a internet, atacando a presidente Dilma, Lula e o PT. A mídia fez sua parte, informando em tempo real o que acontecia. O verde e amarelo tomou conta das ruas, como uma forma de patriotismo. O movimento era violento, como dito por Petra no documentário (2019) e sempre atacava a presidente com palavras de baixo calão.

De um lado, a direita aclamava Sérgio Moro, a Lava Jato e esbravejava gritos de “fora PT”. Já do outro lado, estava a esquerda, que pedia por democracia em seu grito de “não vai ter golpe”.

O que levou Dilma Rousseff ao processo de *impeachment* foi a acusação de pedalada fiscal, um

Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas. No caso do governo Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União entendeu que o Tesouro Nacional teria atrasado, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de programas sociais como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, benefícios sociais como o abono salarial e o seguro- desemprego, e subsídios agrícolas. (PEDALADA [2016])

O processo de *impeachment* foi marcado pela espetacularização. Os votos para a instauração do pedido no Senado e na Câmara foram transmitidos pela grande mídia em tempo real.

O documentário chega até a direita, que hoje é simbolizada por Jair Messias Bolsonaro, um capitão reformado do exército que está na política desde 1991, por sete mandatos. Bolsonaro idolatra generais da época da Ditadura Militar e se diz um herói. Petra (2019), então, faz uma relação com sua vida pessoal e a de seus pais. Não só a figura de seus pais, mas de toda a esquerda, é denominada de bandidagem pelo na época deputado federal, que em 2018 se tornaria presidente da república, derrotando Fernando Haddad, do PT. E assim começa a ascensão da extrema direita no Brasil.

Democracia em Vertigem (2019) ganhou o mundo quando foi indicado ao Oscar 2020, concorrendo na categoria de melhor documentário. Mesmo com a derrota na disputa, Petra e suas palavras ganharam visibilidade na imprensa mundial, em jornais como Le Monde, The New York Times e The Guardian.

3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS

Neste segundo capítulo, nós iremos iluminar nossa compreensão sobre o estudo de caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, acerca de textos jornalísticos da Folha de S. Paulo, a partir das concepções de Representações Sociais, Relações Públicas, Mídia, Espetáculo e Política e como os termos se relacionam.

3.1 O que são Representações Sociais?

Nesta parte da pesquisa, iremos levantar a hipótese de que a Folha de S. Paulo pode ter sido responsável por uma construção de representações sociais de Dilma. Assim, construiu para seus leitores uma realidade de sentidos e conhecimentos. Para que entendamos melhor essa afirmação, precisamos entender o que são as representações sociais e como elas estabelecem uma certa ordem social.

A Teoria das Representações Sociais (TRS) surgiu com Serge Moscovici por volta dos anos 1960, proveniente dos seus estudos em psicologia social. O autor fez observações em cima de percepções sobre a sociedade francesa sob o olhar da psicanálise em 1961, quando publicou a obra *La Psychanalyse, son Image et son Publique*, inaugurando um novo campo na psicologia social.

Moscovici buscou analisar os discursos sobre as representações que eram veiculadas nas notícias de jornais, como se davam os processos comunicativos e como determinado grupo social construía sua realidade a partir deles. Seus estudos trouxeram contribuições importantes para entender como os meios de comunicação são responsáveis por construir estereótipos.

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos - de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc - são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (MOSCOVICI, 2012, p.58).

Denise Jodelet, autora que contribuiu para o aprofundamento da TRS, diz que as representações sociais se fundam na forma com que os indivíduos classificam pessoas e objetos, ajudando-os na compreensão e no agir. “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2002).

Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear de definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensivas (JODELET, 2001, p.7).

Para Moscovici (2012), as representações sociais se diferem em três tipos: as controversas ou polêmicas, as emancipadas e as hegemônicas. As representações controversas ou polêmicas são geradas a partir de um conflito social ou de luta entre grupos. Desta forma, não são partilhadas por um conjunto de pessoas na sociedade. As representações emancipadas são aquelas que são produtos da circulação de ideias entre subgrupos, assim, criando nos mesmos suas próprias versões quando partilhadas. E, para finalizar, as representações hegemônicas são aquelas que são partilhadas entre grupos grandes e estruturados, como uma nação, um partido etc.

As representações sociais hegemônicas se equivalem ao conceito de representação coletiva proposto por Durkheim em 1898. As representações sociais se originaram a partir do conceito de representações coletivas que era proposto pelo autor.

Para o autor, as representações sociais são formadas por informação, que organiza o conhecimento, campo cognitivo, que é a capacidade de gerar imagem a partir do “estoque” que eu possuo acerca daquilo que está sendo discutido. Ainda segundo o autor, atitude refere-se ao posicionamento em relação ao objeto que está sendo formado.

A comunicação tem papel fundamental no processo da representação social. A interação humana sempre envolve duas ou mais pessoas ou dois grupos, pressupondo representação. Concluimos, então, que as representações não são criadas por um indivíduo apenas, e sim por duas ou mais pessoas. “O fato central sobre as interações humanas, escreveu Asch, é que elas são acontecimentos, que elas estão psicologicamente *representadas* em cada um dos participantes” (ASCH, 1952, p. 142 *apud* MOSCOVICI, 1994). Assim, concluimos que as ações humanas são fruto de construções das relações interpessoais, envolvendo conexões e reciprocidade.

Quando chegamos em algum lugar, seja ele conhecido ou não, procuramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas e, assim, as representações se fazem presentes. Desde o nosso nascimento, somos participantes de uma ambiência cultural que interfere em nossa formação e na maneira pela qual enxergamos o mundo. Alguns hábitos nos são dados através de heranças de gerações passadas e a nossa percepção se torna realidade e algo concreto quando agregamos valor.

Para Moscovici (1994), as representações sociais são racionais por envolver a racionalidade da crença coletiva, além de ter como referencial um pensamento preexistente. “Todas as culturas que conhecemos possuem instituições e normas formais que conduzem, de uma parte, à individualização, e de outra, à socialização” (MOSCOVICI, 1994).

As representações possuem vida própria, circulam livremente e, principalmente, se atraem e se repelem. Lidar com as representações não é tarefa fácil. O conceito faz divisão entre diversas disciplinas como sociologia, psicologia e semiótica. Mas:

No que se refere às leis do pensamento coletivo, elas são totalmente desconhecidas. A psicologia social, cuja tarefa seria defini-las, não é nada mais que uma palavra descrevendo todo tipo de variadas generalizações, vagas, sem um objeto definido como foco. O que é necessário é descobrir, pela comparação de mitos, lendas, tradições populares e linguagens, como as representações sociais se atraem e se excluem, como elas se mesclam ou se distinguem etc. (DURKHEIM, 1895/1982, p.41-42 *apud* MOSCOVICI, 1994)

No livro que remete a trajetória de Dilma, *A vida quer é coragem*, de Ricardo Batista Amaral, percebe-se como a ex-presidente era representada antes do processo. O livro foi publicado em 2011, quatro anos antes do processo de *impeachment* e antes mesmo das manifestações de 2013, as quais contribuíram para que houvesse um declínio da popularidade da presidente.

As informações acima, sobre a pesquisa feita pelo PT com o Instituto Síntese, foram retiradas do livro *A vida quer é coragem* (2011). Além dessas informações, a ação teve como finalidade, também, verificar como seria positiva a eleição de uma mulher e histórico, caso ganhasse, sendo a primeira mulher brasileira eleita presidente da República Federativa do Brasil.

Segundo dados apresentados por essa pesquisa, as mulheres são consideradas mais honestas em comparação com os homens e possuem uma característica de serem mais corajosas para lutar contra a corrupção, além disso, são vistas como cuidadosas e carinhosas.

Entretanto, para a extrema direita, Dilma não seria uma candidata a ser votada por eles, pois, para eles, a presidenciável era representada como terrorista. Apenas o partido ideológico, identificado como esquerda, se identificava com a candidata Dilma, além das pessoas classificadas de baixa renda. Depois dos dois mandatos de Dilma Rousseff, o PT passou a investir fortemente para que houvesse representatividade feminina na política. Após uma pesquisa exploratória no *site*⁴ do partido, nota-se que para as eleições de 2018, o partido lançou o projeto⁵ “Elas por Elas”, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Mulheres do PT, com o intuito de encorajar mulheres a iniciar sua vida política e que assim, consequentemente, as mulheres possam votar em mulheres e se sintam representadas.

Desde o abalo sísmico sofrido por Dilma com as manifestações de 2013, quando suas decisões políticas não obtiveram aprovações da sociedade, seu apoio e legitimação se desfizeram. A insatisfação popular levou o povo às ruas, dando início a um processo de discussão coletiva.

³ Notícia do site do PT que mostra consequências do Programa de Aceleração e Crescimento: <http://www.pt.org.br/governo-dilma-executa-mais-de-r-251-bilhoes-do-pac-em-2015/>

⁴ Site do Partido dos Trabalhadores: <http://www.pt.org.br/>

⁵ Projeto Elas por Elas realizado pelo partido do PT: <http://www.pt.org.br/conheca-o-projeto-elas-por-elas/>

As representações sociais expressam a definição de grupo, dando significado a um objeto por eles representado. Neste estudo de caso, a presidente Dilma é o objeto, e o seu significado são os discursos incorporados por políticos e cidadãos de oposição e pela mídia.

“Eu fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de homens meiguíssimos”, disse Dilma em tom irônico. “Eu nunca vi ninguém acusar um homem de ser duro, e a gente sabe que eles são”, afirmou. (AMORIM, 2016)

Em seu discurso no Senado, durante a sessão de julgamento, Dilma Rousseff afirma ser vítima de machismo e misoginia: “Tem sempre um componente de misoginia e de preconceito contra as mulheres nas ações que ocorreram contra mim” (AMORIM, 2016).

“Vários ministros do Supremo têm dito que um eventual impeachment da presidente não é golpe. É um processo constitucional” (BENITES, 2016).

Nos trechos anteriores, retirados do Portal Uol e do jornal El País, percebemos que não somente a Folha de S. Paulo, mas também outros veículos de comunicação foram responsáveis por estereotipar o processo de impeachment sofrido por Dilma Rousseff.

3.2 Ancoragem e Objetivação

Para Moscovici (2012), as representações sociais se constituem em dois mecanismos fundamentais: a ancoragem e a objetivação. Esses conceitos são responsáveis por transformar algo não familiar em familiar, baseando-se na ativação da memória e referências passadas.

A ancoragem é um dos processos que geram representações sociais, que se aplica na tentativa de ancorar uma feição familiar a uma ideia ou palavra que causa estranheza ao sujeito, ou seja, enquadrando algo desconhecido em categorias conhecidas. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e, ao mesmo tempo, ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2012, p.62). Nesse processo, nós agrupamos pessoas ou objeto em uma categoria que está em nossa memória, podendo ser positiva ou negativa.

Isso ocorre quando conseguimos romper a barreira entre algo perturbador e rotulamos com um nome conhecido. Assim, realizamos a integração cognitiva do objeto representado a uma memória ou pensamento preexistente.

Para Chamon (2006), que também fez estudos sobre os termos, os processos de objetivação e ancoragem são complementares. Isso quer dizer que enquanto a objetivação cria uma realidade, a ancoragem dá a significação. Moscovici e Chamon referem-se à ancoragem

como uma categorização de conceitos que são estabelecidas socialmente, onde a objetivação se refere à realidade concreta e física. Enquanto isso, a ancoragem refere-se ao meio abstrato.

A hipótese é que os elementos estáveis exercem uma pré-eminência sobre o sentido dos elementos periféricos e que os primeiros possuem uma resistência mais forte às pressões da comunicação e da mudança do que os últimos. Somos tentados a dizer que os primeiros expressam a permanência e uniformidade do social, enquanto os últimos expressam sua variabilidade e diversidade (MOSCOVICI; VIGNAUX, 2003, p. 219).

Jodelet (2001) também diz em seus estudos que ancorar significa transformar e integrar uma ideia não familiar em um pensamento preexistente. Segundo sua tese, a ancoragem é a instrumentação do saber, enraizando a representação e seu objeto em uma rede de significações.

Nós selecionamos uma característica aleatoriamente e a usamos como uma categoria: judeu, doente mental, novela, nação agressiva etc. A característica se torna, como se realmente fosse, coextensiva a todos os membros desta categoria. Quando é positiva, nós registramos nossa aceitação; quando é negativa, nossa rejeição. (MOSCOVICI, 2007, p. 64)

O pré-julgamento faz parte da ancoragem. Sua implicação favorece decisões precipitadas, sem neutralidade, pois formamos opiniões ou rotulamos pessoas de acordo com preconceitos existentes em nossos pensamentos.

O segundo processo das representações sociais é a objetivação que, segundo Moscovici (2012), torna o não familiar em comum. Esse processo une a ideia de não familiaridade com a de realidade. A objetivação é a reprodução de um conceito, assim, dando um sentido concreto, ligando os sentidos às imagens.

É nesse processo que a imagem é assimilada e o que antes era idealizado, agora é entendido. A ideia deixa de ser apenas um signo e passa a ser realidade. Segundo Moscovici (2012), cada sociedade ou cultura possui suas próprias características que transformam as representações em realidade. Para Castro (2017):

Ancoragem e objetivação são maneiras de lidar com a memória e com a linguagem. A primeira mantém a memória em movimento, classificando objetos, pessoas e ideias, de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda tira da memória esses conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior. (CASTRO, 2017, p. 73)

Desta maneira, podemos concluir que ancoragem e objetivação são processos que se complementam, em que o primeiro rotula com um nome e o segundo tira a ideia da memória e torna replicada a realidade.

3.3 Relações Públicas, Mídia, Espetáculo e Política: como esses termos se relacionam

SIGNIFICADO CLÁSSICO E MODERNO DE POLÍTICA. - Derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (BOBBIO, 2001).

O processo de produção do capitalismo, no início do século XX, foi propício para que as Relações Públicas tomassem forma. Foi atribuída a Ivy L. Lee “a glória de ter sido o primeiro a colocar em prática princípios e técnicas de RP”, segundo Teobaldo Andrade (1994). Quando iniciou seu trabalho em 1914, como consultor pessoal de John D Rockefeller Júnior, atuou como pioneiro das Relações Públicas. Para Chaumely e Huisman (1964),

a hostilidade do grande público era muito acentuada contra o big business americano, John Rockefeller, acusado de aspirar ao monopólio, de mover uma luta sem quartel às pequenas e médias empresas, de combater sem olhar a meios; numa palavra, de ser feroz, impiedoso, sanguinário. De fato, o sangue já corra no início do século, a a primeira empresa a utilizar os serviços de Ivy Lee foi precisamente a grande companhia dirigida pelo homem mais importante dos Estados Unidos na altura, o que mandara atirar sobre os grevistas, John D. Rockefeller. (CHAUMELY; HUISMAN, 1964)

Mostrando, assim, que as Relações Públicas nasceram num contexto de antagonismo de classe.

As manobras de Ivy em dispensar os agentes de segurança da família Rockefeller, abrir a porta da organização para a mídia e permitir a comunicação e o diálogo com os líderes da comunidade e do governo foram tão assertivas que transformaram um homem odiado em um herói.

Já no Brasil, o primeiro departamento de Relações Públicas foi criado em 1914 pela Light & Power Co. Ltda. Mas, o primeiro departamento verdadeiramente nacional foi criado em 1951, pela Companhia Siderúrgica Nacional.

O principal papel das Relações Públicas é fazer a ponte entre a organização e o seu público. A área promove e administra o relacionamento entre as duas partes, muitas das vezes, mediando conflitos com base em estratégias. Philip Lesly (1995, p.1-44), ao descrever a natureza e o papel das relações públicas, mostra bem a amplitude do universo de públicos com os quais as organizações podem se relacionar.

Para Merton Fiur (1988):

As relações públicas são o gerenciamento de funções primariamente responsáveis por moldar e implementar programas de mediação entre os interesses sociais, políticos e econômicos capazes de influenciar o crescimento e/ou a sobrevivência básica da organização. Para este fim, a função de relações públicas tem também a responsabilidade de identificar as forças e os efeitos das mudanças no ambiente da organização de potencial de mediação e informar antecipadamente todas as outras atividades da organização. Somente criando um novo paradigma para si mesmo [sic] as relações públicas vão sair da sua condição atual para se tornar a principal parte da comunicação de origem. (FIUR, 1988, p. 339)

No livro *Curso de Relações Públicas - Relações com os diferentes Públicos*, Cândido Teobaldo de Souza Andrade (1994) atribui como funções básicas de RP o assessoramento, pesquisa, execução e avaliação, segundo o que é reconhecido pela Confederação Interamericana de Relações Públicas. Nas funções de assessoramento, o profissional de Relações Públicas atua no que diz respeito à posição do seu assessorado perante a opinião pública, tentando moldar as suas diretrizes de acordo com os anseios da sociedade.

Finalizando as funções básicas de um relações públicas, estão as de avaliação, que se compreendem como as mesmas das funções de pesquisa, porém, abrangem o controle do desenvolvimento das funções em geral. Assim, propicia a oportunidade de correções e reformulação nos projetos.

Relações Públicas é a função de gerenciamento que ajuda a estabelecer e manter canais mútuos de comunicação, a aceitação e cooperação entre a organização e seus públicos; que envolve a administração de crises ou controvérsias a manter-se informada e a responder à opinião pública, que define e enfatiza a responsabilidade da administração em servir o interesse público; que ajuda a gerência a manter o passo com as mudanças e a utilizá-las efetivamente, funcionando como um sistema preventivo que permite antecipar tendências; e utiliza a pesquisa e técnicas sadias e éticas de comunicação como suas principais ferramentas (GRUNIG; HUNT *apud*, 2003a, p.101).

Toda organização, como parte integrante do sistema social global, possui o compromisso de se posicionar de acordo com a sua missão, estabelecendo canais de comunicação com a sociedade, contribuindo com a construção da cidadania e da responsabilidade social. Desta forma, a comunicação passou a ser algo estratégico que agrega valor.

O profissional da área de Relações Públicas se aplica em qualquer tipo de organização. O que, no começo, se concentrava apenas nos âmbitos empresariais e governamentais, passou a ganhar força no terceiro setor, com o crescimento do número de organizações não governamentais (ONGs) e das entidades com ou sem fins lucrativos.

Ao longo da história, a prática das Relações Públicas passou por grandes transformações. Por muito tempo uma função meramente técnica, ela é hoje entendida

como uma função estratégica indispensável para que as organizações se posicionem institucionalmente e administrem com eficácia seus relacionamentos com os públicos estratégicos (KUNSCH, 2003).

Com a ampliação do campo de atuação do profissional de Relações Públicas, são bem vastas as imposições que lhes são dadas. Tendo como base os conceitos teóricos, científicos ou experiências profissionais, o relações públicas traça e executa um plano adequado a cada um dos segmentos.

As Relações Públicas e a Comunicação sempre foram importantes para a esfera governamental, tanto no processo político, quanto no processo de comunicação entre o governo e o cidadão. As contribuições dessas áreas são significativas e consolidam uma relação estável e democrática.

Com o surgimento de novos meios de comunicação, na segunda metade do século XX, o distanciamento entre fantasia e realidade foi diminuindo. As manipulações e transformações da vida em um espetáculo de entretenimento foi uma das mudanças culturais mais significativas que ocorreram desde então. Essa mudança começou nos Estados Unidos e logo tomou conta do resto do mundo.

Alguns departamentos foram criados para facilitar o processo governamental, como é o caso da Secretária Extraordinária da Comunicação Social (Secom). Criada durante o Regime Militar, sua missão era contornar o desgaste político dos presidentes da época.

Outra forma de contribuição da Comunicação para a política é trabalhar em prol da imagem de um candidato para que ele seja eleito. Assim, buscar ter visibilidade para conseguir votos.

No mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a comunicação passou a ter uma tendência clara para a publicidade, como afirma Ana Lucia Romero Novelli (2006), sobre Relações Públicas Governamentais, em “A dimensão pública e comunitária das relações públicas”. As ações da comunicação se aproximam cada vez mais de técnicas do marketing político.

Suas estratégias passam a ser ricas em manobras para atrair o cidadão e conquistar seu voto. As campanhas eleitorais passam a ser pensadas e idealizadas, desde a preocupação com a maneira de se portar em debates, até na busca pela formação de opinião pública. O público-alvo, que antes era o cidadão/eleitor, passa a ser um consumidor.

Quando eleito, o político corre atrás, constantemente, da aprovação da sociedade, para que suas políticas públicas possam ser implementadas na prática, se legitimando. A opinião pública é vital para o bom funcionamento da democracia.

Visto esse cenário, a mídia passa a agir como um ator e instituição política. O jornalismo atua favorecendo a interpretação da atualidade e sendo um lugar de confronto político. A comunicação produz a própria construção da realidade que está mediatizada.

Se antes a realidade era resultante de experiências vivenciadas de forma pessoal, agora ela é mediada pela mídia. As estratégias de comunicação, buscam agora o convencimento

coletivo, mantendo o domínio sob a população, silenciando vozes contrárias e mudando a realidade atual da política, tanto positivamente, quanto negativamente.

Segundo Debord (1997) “o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana - isto é social - como simples a aparência”. Ou seja, este conceito passa a se tornar um fenômeno total no que se refere ao capitalismo, o qual transformou em imagem, a vida das sociedades. O espetáculo “unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes” (DEBORD, 1967). O conceito foi desenvolvido por Debord em 1960 e ainda exerce uma função muito grande na sociedade de consumo e na produção de imagens e mercadorias. A produção do “espetáculo” é produzida e disseminada pelas mídias de massa, assim como o rádio, televisão e atualmente pela internet.

Somos protagonistas e espectadores, ao mesmo tempo, do show que nunca tem fim e que é muito mais interessante que qualquer um apresentado pelos meios tradicionais de mídia. As técnicas de teatro se tornaram presentes em tudo que envolve o coletivo: campo político, religião, educação, literatura, entre outros. Cativar o público e mantê-lo sempre atento e satisfeito é um grande paradigma da atualidade.

Nas últimas décadas, as indústrias culturais possibilitaram que os espetáculos ganhassem espaços midiáticos na economia, na vida cotidiana e principalmente na política. Os conflitos expostos moldam nossos pensamentos e comportamento, assim como constrói identidades. Esse entretenimento popular possui raízes profundas no espetáculo, com grande impacto em diversas teorias contemporâneas de sociedade e cultura.

Usando o livro *Vida: o filme*, de Neal Gabler (1999), vemos o exemplo de como a morte da princesa Diana, conhecida publicamente como “Lady Di” ou Diana Frances Spencer, foi transformada em uma forma de entretenimento. Segundo Gabler (1999), a vida se torna um veículo de comunicação, como TV, rádio, imprensa, fazendo de nós protagonistas e plateia neste espetáculo ininterrupto.

Kellner (2001), em *A Cultura da mídia*, diz que os espetáculos são uma proposta que “ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana”, ao dominar o tempo do indivíduo e fazer parte da vida dele. Como consequência disso, passa a forjar identidades a partir do que é visto e ouvido por meio dos meios de comunicação.

Ao tratar narrativa juntamente com o conceito de espetáculo abordado por Kellner, é possível compreender a seguinte citação produzida por Kellner (2001, p.9): “as narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos”.

Existem, portanto, muitos níveis e categorias de espetáculos. Os megaespetáculos são definidos quantitativa e qualitativamente, e dominam as manchetes, o jornalismo e a agitação da Internet. São destacados e enquadrados como eventos-chaves de uma era, como o foram, por exemplo, o casamento, a morte e o funeral da princesa Diana, as extremamente disputadas eleições americanas de 2000 e os subsequentes 36 dias de batalha pela Casa Branca, ou os ataques terroristas de 11 de setembro e suas

consequências violentas, incluindo a invasão e a ocupação do Iraque. (KELLNER, 2006)

Durante o século XIX, a estética do entretenimento se tornou mais barulhenta e ainda mais célere. A plateia preferia espetáculos visuais, como teatro, e tinha preferências por romances.

A etimologia de “entretenimento” é latina e com toda certeza vem de *inter* (entre) e *tenere* (ter). Em inglês, a evolução da palavra *entertainment* levou-a a significar tanto um forma de servidão quanto o fornecimento de apoio ou sustento, a maneira de tratar alguém, uma forma de ocupar o tempo, receber ou aceitar algo, dar hospitalidade a uma pessoa, bem como a definição mais familiar: “aquilo que diverte com distração ou recreação” e “um espetáculo público ou mostra destinada a interessar ou divertir”. (GABLER, 1999, p.25)

A medida em que os meios de comunicação peneiram nossas vidas, o entretenimento humano alcança cada vez mais interesse que qualquer outra forma de entretenimento.

No caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, a política se tornou um dos assuntos mais debatidos pela sociedade e logo estava estampado em várias capas de revistas e jornais. O público procurava e a mídia oferecia. O poder do espetáculo foi tão forte que atuou como despótico. Assim, a comunicação passa a ter papel não somente de informar, mas também de articular.

A mídia assume um papel cada vez maior em nossas vidas, influenciando a cultura e fisingando os olhares da sociedade. Tudo aquilo que é dito é incorporado como valor básico e doutrina o estilo de vida dos indivíduos (KELLNER, 2003).

Nas palavras de Debord (1967):

O espetáculo como uma tendência de fazer alguém enxergar o mundo através de diversas mediações especializadas (ele não pode ser mais acessado diretamente) naturalmente revela a visão como sentido privilegiado do ser humano, como o tato foi privilegiado em outras épocas (DEBORD, 1967, p.18).

Como já tratamos anteriormente, a presença da cultura do espetáculo em todos os aspectos da vida é notória. Assim acontece com a “economia do entretenimento” e com a política contemporânea, que segue sendo controlada pelo espetáculo. A era Clinton foi um grande exemplo disso, pois foi marcada pelos espetáculos de sexo e *impeachment*, se tornando um dos maiores espetáculos eleitorais dos Estados Unidos. O mesmo aconteceu nas eleições de 2004, na Espanha, quando um candidato socialista irritou o primeiro-ministro que era do partido conservador. O país passou a ser palco e alvo do terrorismo. Milhares de pessoas foram às ruas para mostrar o descontentamento político.

Fora das televisões, os espetáculos também são transformados em filmes, músicas, peças teatrais, se tornando algo cada vez mais multimídia. Exemplo disso é o documentário *Democracia em Vertigem* (2019), que documenta um fato histórico em algo audiovisual. Algumas músicas produzidas no período da Ditadura Militar também são responsáveis por contar os grandes espetáculos que aconteciam na época, mesmo que nas entrelinhas.

Pai, afasta de mim esse cálice/Pai, afasta de mim esse cálice/Pai, afasta de mim esse cálice/De vinho tinto de sangue/Como beber dessa bebida amarga/Tragar a dor, engolir a labuta/Mesmo calada a boca, resta o peito/Silêncio na cidade não se escuta/De que me vale ser filho da santa/Melhor seria ser filho da outra/Outra realidade menos morta/Tanta mentira, tanta força bruta/Como é difícil acordar calado/Se na calada da noite eu me dano/Quero lançar um grito desumano/Que é uma maneira de ser escutado/Esse silêncio todo me atordoa/Atordoados eu permaneço atento/Na arquibancada pra a qualquer momento/Ver emergir o monstro da lagoa/De muito gorda a porca já não anda/De muito usada a faca já não corta/Como é difícil, pai, abrir a porta/Essa palavra presa na garganta/Esse pileque homérico no mundo/De que adianta ter boa vontade/Mesmo calado o peito, resta a cuca/Dos bêbados do centro da cidade/Talvez o mundo não seja pequeno/Nem seja a vida um fato consumado/Quero inventar o meu próprio pecado/Quero morrer do meu próprio veneno/Quero perder de vez tua cabeça/Minha cabeça perder teu juízo/Quero cheirar fumaça de óleo diesel/Me embriagar até que alguém me esqueça (BUARQUE, 1978)

4. PESQUISA NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Nesta parte da pesquisa, iremos acompanhar a construção das representações sociais da ex-presidente Dilma Vana Rousseff, através da análise de textos de notícias publicadas no editorial de Opinião do jornal Folha de São Paulo, na cobertura do processo de *impeachment*. Para entender como se deu a construção, é necessário que se entenda primeiro o que é um editorial de opinião.

O editorial é um tipo de texto jornalístico que, além de ter caráter informativo, também se configura como texto opinativo. A subjetividade e a objetividade estão presentes nos editoriais, pois os assuntos que são abordados se encaixam em seções dos jornais, como Economia, Cultura, Esporte ou Política, que é o que será analisado neste trabalho.

No *site* do Jornal Folha de S. Paulo, encontramos um texto com o título O que a Folha pensa. O texto explica que o jornal busca diariamente expressar seus pontos de vista sobre controvérsias. Cita também que em tempos de polarização política, a cobrança feita por leitores de um veículo de comunicação sobre determinada causa ou grupo ideológico é grande.

Sem deixar de abrir espaço a opiniões das mais variadas tendências, a Folha expressa seus próprios pontos de vista diariamente, por meio de textos não assinados, chamados, na tradição da imprensa escrita, de editoriais. Ao fazê-lo, busca a clareza e a assertividade; rejeita, contudo, o simplismo militante. Existem princípios e valores inegociáveis para o jornal. As liberdades democráticas e o Estado de Direito serão sempre defendidos; com eles devem conviver a economia de mercado e a ação do poder público na correção de desequilíbrios e desigualdades. No mais das vezes, porém, há que tratar das controvérsias cotidianas sobre desempenho dos governos, relações entre capital e trabalho, tensões sociais, costumes. Para tanto, procura-se combinar coerência a partir de reflexões e posicionamentos acumulados ao longo de anos ou décadas e a disposição ao exame permanente de novas ideias, fatos e argumentos. (FOLHA, 2018)

Ainda na página, a Folha de S. Paulo expõe o que pensa sobre os principais temas da atualidade, convidando o leitor para o debate:

POLÍTICA - O jornal considera que o sistema político-eleitoral brasileiro deve ser aprimorado, sem abandonar seus princípios gerais. Mudanças incrementais devem buscar maior transparência dos atos públicos e fiscalização por parte da sociedade. A defesa anterior do parlamentarismo e do voto distrital misto deu lugar a uma agenda mais realista, com respeito à experiência acumulada. (FOLHA, 2018)

4.1 Metodologia

Em busca personalizada de textos jornalísticos publicados na seção Opinião, pelas palavras “*impeachment* Dilma Rousseff”, no período de 2 de dezembro de 2015 até 31 de agosto de 2016, totalizando os 273 dias que todo o processo de *impeachment* durou, obtivemos 688 resultados no *site* da Folha de São Paulo.

Nossa busca se deu entre períodos muito longos e, levando em consideração a grande quantidade de resultados, resolvemos personalizar a busca para dias marcados por acontecimentos importantes e que poderiam causar efeitos em relação à representação de Dilma. A partir disso, escolhemos o recorte para a análise de três momentos desse processo.

Selecionamos, portanto, o dia 2 de dezembro de 2015, dia em que o ex-presidente da Câmara dos Deputados aceitou o pedido dos juristas, totalizando três resultados; o dia 12 de maio de 2016, dia em que Dilma foi afastada e seu vice assumiu a Presidência como presidente interino, totalizando seis resultados; e, por fim, o último dia do processo, dia 31 de agosto de 2016, totalizando 10 resultados.

Fazendo uma referência entre a associação de Dilma com o documentário Democracia em Vertigem, fizemos uma busca personalizada também de textos publicados na seção Opinião, pelas palavras “democracia em vertigem dilma rousseff”, totalizando seis resultados do dia 19 de junho de 2019 ao dia 9 de fevereiro de 2020, respectivamente data de lançamento do documentário e dia da 92ª cerimônia de entrega dos *Academy Awards*, ou Oscar 2020.

No total, foram analisados 25 resultados obtidos na barra de buscas do *site* da Folha de S. Paulo. A análise se deu em ordem cronológica dos acontecimentos, com a intenção de comparar e compreender as representações sociais da ex-presidente em cada espaço de tempo.

4.2 Tratamento dos dados

A partir dos dados extraídos na barra de pesquisa do *site* do jornal, foi possível identificar um forte destaque dos assuntos relacionados ao *impeachment* nas notícias publicadas pela Folha de São Paulo, no período do dia 2 de dezembro de 2015 ao dia 31 de agosto de 2016.

Para entender as representações sociais após todo o processo de *impeachment*, selecionamos também os editoriais publicados entre os dias 19 de junho de 2019 e 9 de fevereiro de 2020, respectivamente a data de lançamento do documentário Democracia em Vertigem e dia da cerimônia do Oscar 2020.

Quadro 1 - Fluxo de notícias relacionadas ao *impeachment* de Dilma Rousseff

Editorial	Fluxo de publicações
Opinião	2520 RESULTADOS PARA <i>IMPEACHMENT</i> DILMA ROUSSEFF
Poder	687 RESULTADOS PARA <i>IMPEACHMENT</i> DILMA ROUSSEFF

Fonte: Site do jornal Folha de S. Paulo, 2020.

Quadro 2 - Fluxo de notícias relacionadas ao *impeachment* de Dilma Rousseff nas datas selecionadas para análise, no Editorial de Opinião

Data	Fluxo de publicações
02 de dezembro de 2015	3 RESULTADOS PARA <i>IMPEACHMENT</i> DILMA ROUSSEFF
12 de maio de 2016	6 RESULTADOS PARA <i>IMPEACHMENT</i> DILMA ROUSSEFF
31 de agosto de 2016	10 RESULTADOS PARA <i>IMPEACHMENT</i> DILMA ROUSSEFF

Fonte: Site do jornal Folha de S. Paulo, 2020.

Quadro 3 - Fluxo de notícias relacionadas ao *Democracia em Vertigem* Dilma Rousseff nas datas selecionadas para análise, no Editorial de Opinião

Data	Fluxo de publicações
19/06/2019 ao dia 09/02/2020	6 RESULTADOS PARA <i>Democracia em Vertigem</i> Dilma Rousseff

Fonte: Site do jornal Folha de S. Paulo, 2020.

4.3 Dilma Rousseff: refém das chantagens de Eduardo Cunha

Neste tópico, estão três textos jornalísticos relacionados ao primeiro dia do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, ou seja, o dia da aceitação do processo. O subtítulo deste trabalho, assim é denominado devido à predominância do uso da palavra “chantagem” nos três textos, sendo que em dois a palavra aparece no título; e também pelo uso da palavra “refém”, que aparece em dois dos três textos analisados.

O primeiro texto é o do colunista Bernardo Mello Franco, que tem como título Cenas de chantagem explícita:

Figura 7 - Editorial do primeiro dia do processo 1

Cenas de chantagem explícita

02/12/2015 02h00

 Compartilhar
 



 824
  OUVIR O TEXTO
  Mais opções

BRASÍLIA - A Câmara virou palco de cenas de chantagem explícita, transmitidas ao vivo pela TV. Com o mandato em risco, o deputado Eduardo Cunha ameaça abrir um processo de impeachment contra Dilma Rousseff se o PT não salvá-lo da cassação.

O peemedebista é alvo de acusações graves. Foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal, sob suspeita de embolsar propina do petrolão, e omitiu dos colegas quatro contas milionárias na Suíça, das quais agora se declara "usufrutuário em vida".

Outros deputados foram cassados por muito menos, mas Cunha usa a presidência da Câmara como arma de defesa. Escolhido por 267 colegas, ele tem o poder de acolher ou rejeitar pedidos de impeachment contra Dilma, eleita com 54,5 milhões de votos.

A chantagem foi escancarada na semana passada, quando o peemedebista declarou estar pronto para decidir sobre o assunto. O Planalto acusou o golpe, e passou a pressionar os deputados petistas a salvarem o desafeto no Conselho de Ética.

O paraense Zé Geraldo, que já havia prometido votar a favor do processo contra Cunha, disse ontem que está disposto a um "sacrifício pelo país". O recuo pegou mal, e ele tentou se explicar: "O governo está sendo chantageado. A metralhadora está na mão do Cunha. Nós seremos os culpados pelo impeachment?".

No Twitter, o presidente do PT, Rui Falcão, afirmou que o partido não deveria topiar o cambalacho. Como o Planalto está no jogo, ninguém acreditou. "Ele disse isso para dar satisfação à militância", apostava um aliado no plenário. Se quisesse ser levado a sério, Falcão poderia defender a expulsão dos deputados que ajudarem Cunha, como acaba de fazer com o senador Delcídio do Amaral.

O PT tem boas razões para recusar a proposta indecente. A imagem da sigla já está à beira da morte, e uma aliança com Cunha pode servir como pá de cal. Além disso, a chantagem não é um meio confiável de negociação. Quem se submete hoje é candidato a virar refém de novo amanhã. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2015

A Câmara virou palco de cenas de chantagem explícita, transmitidas ao vivo pela TV. Com o mandato em risco, o deputado Eduardo Cunha ameaça abrir um processo de impeachment contra Dilma Rousseff se o PT não salvá-lo da cassação. (FRANCO, 2015)

O primeiro fato importante que podemos perceber logo no primeiro parágrafo do texto jornalístico é a presença da palavra "chantagem". Segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015) o significado principal da palavra chantagem é: "Ação de extorquir dinheiro ou favores sob a ameaça de revelações criminosas ou escandalosas, verdadeiras ou não". Ainda segundo a definição do dicionário *on-line*, chantagem também pode ser definida em seu significado jurídico como "crime de extorsão de dinheiro ou favores sob ameaça de revelações de fatos comprometedores".

Isso nos leva a imaginar a seguinte situação: Dilma é uma vítima e Eduardo Cunha o vilão da história do *impeachment*. O cargo de presidente, pertencente a Dilma Rousseff, é retratado como moeda de troca em relação ao cargo de Cunha, já que ele era alvo de acusações graves e estava sob suspeita de embolsar propina do Petrolão (escândalo envolvendo a Petrobrás que originou a Lava Jato mais à frente).

O peemedebista é alvo de acusações graves. Foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal, sob suspeita de embolsar propina do petrolão, e omitiu dos colegas quatro contas milionárias na Suíça, das quais agora se declara "usufrutuário em vida". (FRANCO, 2015)

Ainda sobre esse trecho, é importante ressaltarmos a forma como Cunha é citado. Ao invés de citar o nome, Bernardo refere-se a Eduardo Cunha como o “peemedebista” duas vezes no texto. O uso desse termo só reforça a tese de Moscovici (2012) sobre uma das formas pelas quais a representação pode se tornar social. As representações podem ser partilhadas por membros de um grupo altamente estruturado, como um partido, por exemplo. Isso acontece não só com Cunha, mas também ao se referir aos políticos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores como exposto neste parágrafo:

A chantagem foi escancarada na semana passada, quando o peemedebista declarou estar pronto para decidir sobre o assunto. O Planalto acusou o golpe, e passou a pressionar os deputados petistas a salvarem o desafeto no Conselho de Ética. (FRANCO, 2015)

Ao longo do texto, é possível notar que os políticos têm suas imagens fundidas com as dos seus partidos, deixando de ser pessoas isoladas e se tornando integrantes de um grupo. Além disso, o uso dos termos “petistas” e “peemedebista” deixa subentendida a rivalidade e a oposição existente entre os dois partidos.

A imagem do Partido dos Trabalhadores já estava à beira da morte (FRANCO, 2015), aceitar a chantagem de Cunha seria considerado pelo público a gota d’água, diante do que se dizia ser certo ou errado naquele momento. Ao se submeter à ameaça, ainda segundo Franco (2015), o PT se tornaria o refém do amanhã.

Outro aspecto importante que não pode passar despercebido do texto é a presença do espetáculo feito pela mídia ao fazer uso de palavras como “palco” e “transmitidas ao vivo”. Segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015), o significado da palavra palco pode ser entendido como “conjunto formado pelo espaço cênico, bastidores e camarins; caixa, caixa de

cena, caixa de teatro”. Já o espetáculo, nada mais é do que um entretenimento para a sociedade e as técnicas de teatro se tornaram presentes em tudo que envolve o coletivo.

O conceito de espetáculo, criado por Debord (1967), frisa que é preciso cativar o público para mantê-lo atento aos acontecimentos. Assim, podemos perceber que a narrativa do texto tenta atrair o público com o uso de palavras que se referem ao show de escândalos.

A vida política de Dilma importava para a população, já que ela ocupava a cadeira da presidência. O campo político atrai olhares porque envolve o coletivo, os interesses da sociedade. Guy Debord (1967) explica isso, ao falar sobre a produção de imagens e mercadorias, através do que é disseminado pela mídia de massa.

Figura 8 - Editorial do primeiro dia do processo 2

Caia quem caia

02/12/2015 ☾ 20h29

 Compartilhar     < 224  OUVIR O TEXTO  Mais opções

A **aceitação do pedido de impeachment** contra a presidente Dilma Rousseff veio um dia depois de conhecermos a brutal **recessão** que o país atravessa. Recessão com inflação de 10% ao ano.

Dilma se mantinha há meses em situação de impasse político no Congresso, refém de um presidente da Câmara inadequado para o cargo e também ameaçado.

A situação e o jogo jogado no Congresso eram deprimentes e ajudaram a acabar com que sobrava da reputação da presidente e do PT. Dos parlamentares, já se esperava o pior.

Fora as chantagens políticas, nada de relevante foi aprovado no Congresso neste ano. E a falta de medidas para reequilibrar as contas públicas foi arruinando o país rapidamente.

A presidente agora sob ameaça é considerada razão para muitos empresários e consumidores pisarem no freio. Derrubando o PIB de forma inédita.

Mas esse é só um pedaço da história, dos que têm onde cortar. Entre os mais pobres, o governo Dilma 2 se revelou um verdadeiro pesadelo cujo fim pode chegar apenas em 2018 ou além.

Quase 40% dos brasileiros vivem com menos de R\$ 15,60 ao dia, segundo estratificação do Datafolha. Numa pobreza tão grande a ponto de mais de 50 milhões estarem em famílias que recebem o Bolsa Família.

O peso da atual recessão com forte inflação sobre eles é gigantesco, afeta o prato e é onde o desemprego mais faz vítimas.

O IBGE mostrou que a queda no consumo das famílias vem se aprofundando em ritmo chocante. Do trimestre findo em dez.2014 ao que terminou em set.2015, elas consumiram 5,7% menos, o maior tombo desde 1996.

O processo de impeachment não resolve nada disso, ao menos no curto e médio prazos.

Mas, levando ou não à destituição de Dilma, funcionará como uma espécie de "reset". Com um arranjo posterior diferente deste que nos envenenou em 2015. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2015

No texto jornalístico com a opinião de Fernando Canzian, o título *Caia quem caia* nos traz a ideia de que caia quem caia, perca o cargo, Dilma ou Cunha, o que está em risco é a situação do país. Quando foi publicado, o pedido de *impeachment* já havia sido aceito por Cunha.

Segundo a frase do texto “Dilma se mantinha há meses em situação de impasse político no Congresso, refém de um presidente da Câmara inadequado para o cargo e também ameaçado”, a presidente já não era mais refém das ameaças de Eduardo Cunha. O impasse político que o Brasil enfrentava afetou não somente a figura de Dilma, mas também a vida da população brasileira, como podemos comprovar logo no primeiro parágrafo: “A aceitação do pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff veio um dia depois de conhecermos a brutal recessão que o país atravessa. Recessão com inflação de 10% ao ano” (CANZIAN, 2015).

Canzian (2015) desenha uma imagem que já demonstra sinais de desgaste político, que veio a ser reforçado dias depois a aceitação do processo por Cunha. A situação do Brasil naquela época era de recessão com inflação de 10% ao ano e todo o impasse político no Congresso acabava com o pouco de reputação, tanto da presidente, quanto de seu partido. O texto traz dados do Datafolha, sobre a pobreza das famílias brasileiras que recebem Bolsa Família e vivem com menos de R\$ 15,60 por dia.

Conforme exposto no segundo capítulo deste trabalho, sobre a contextualização do objeto, o Datafolha é responsável por produzir análises e informações precisas sobre assuntos importantes para a opinião pública brasileira. Neste cenário, podemos perceber que atua para um lugar de confronto político, onde as estratégias de comunicação buscam o convencimento coletivo, silenciando vozes contrárias, já que apresenta dados e muda a realidade da política negativamente.

Sobre o texto de Canzian (2015), podemos comprovar a tese de Moscovici (2012) sobre ancoragem e objetivação. Fernando Canzian define o governo Dilma 2 como um verdadeiro pesadelo e logo depois traz dados que confirmam. Assim, podemos dizer que a ancoragem está presente no modo em que nós transportamos significações: “o governo Dilma 2 como um verdadeiro pesadelo” e a objetivação se confirma no trecho “quase 40% dos brasileiros vivem com menos de R\$ 15,60 ao dia, segundo estratificação do Datafolha. Numa pobreza tão grande a ponto de mais de 50 milhões estarem em famílias que recebem o Bolsa Família” (CANZIAN, 2015).

No trecho “A situação e o jogo jogado no Congresso eram deprimentes e ajudaram a acabar com que sobrava da reputação da presidente e do PT. Dos parlamentares, já se esperava

o pior” (CANZIAN, 2015), podemos interpretar a palavra jogo de forma ambígua. Segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015), o significado da palavra "jogo" pode ser compreendido no sentido da linguagem figurada como “normas, preceitos ou convenções estipulados para reger situações específicas” ou como “qualquer atividade recreativa que tem por finalidade entreter, divertir ou distrair; brincadeira, entretenimento, folguedo”.

Para Gabler (1999),

A etimologia de “entretenimento” é latina e com toda certeza vem de *inter* (entre) e *tenere* (ter). Em inglês, a evolução da palavra *entertainment* levou-a a significar tanto uma forma de servidão quanto o fornecimento de apoio ou sustento, a maneira de tratar alguém, uma forma de ocupar o tempo, receber ou aceitar algo, dar hospitalidade a uma pessoa, bem como a definição mais familiar: “aquilo que diverte com distração ou recreação” e “um espetáculo público ou mostra destinada a interessar ou divertir”. (GABLER, 1999, p.25)

Utilizando as contribuições teóricas desta pesquisa e os significados da palavra “jogo”, podemos interpretar este trecho do texto jornalístico de forma que o autor quis dizer que o *impeachment* seguiu normas e foi regido por situações específicas ou regido de modo a trazer entretenimento em forma de espetáculo.

Figura 9 - Editorial do primeiro dia do processo 3

PT deve pedir ao STF afastamento de Cunha por chantagem e abuso no cargo

02/12/2015 @ 23h04

[Compartilhar](#) [Twitter](#) [Google+](#) [LinkedIn](#) [Email](#) [12 mil](#) [OUVIR O TEXTO](#) [Mais opções](#)

A bancada do PT deve apresentar nesta quinta-feira (3) ao STF (Supremo Tribunal Federal) representação pedindo que o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) seja afastado da presidência da Câmara dos Deputados por chantagem e uso indevido do cargo.

Deputados do partido apresentarão testemunhos e evidências de que Cunha usou o cargo para tentar impedir investigação contra ele no parlamento.

Eles acusarão Cunha de tentar chantagear três parlamentares da legenda que integram a Comissão de Ética da Câmara. O presidente da Câmara teria ameaçado os petistas afirmando que, caso eles votassem pela abertura de processo contra ele, despacharia favoravelmente pela abertura de impeachment contra Dilma Rousseff.

A bancada alegará que ele usa indevidamente o cargo para chantagear não apenas a legenda, mas a própria presidente da República.

"Ele estava claramente chantageando. Não aceitamos a chantagem. No mesmo dia em que anunciamos que votaríamos pela admissibilidade das investigações contra ele, Eduardo Cunha dá seguimento ao impeachment", diz o deputado Paulo Teixeira, vice-líder do partido na Câmara.

"Eduardo Cunha é hoje um homem isolado e desesperado que está tomando medidas impensadas e que não reluta em tentar levar o país ao caos. Mas o Brasil está maduro e não vai permitir", finaliza o parlamentar.

Cunha não respondeu à coluna. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2015

O terceiro e último editorial, publicado no dia 2 de dezembro de 2015, foi o de Mônica Bergamo. Logo no título, PT deve pedir ao STF afastamento de Cunha por chantagem e abuso no cargo, voltamos a interpretar a representação social de Dilma Rousseff como vítima de chantagem de Cunha e o presidente da Câmara como vilão que usa seu cargo para fazer manobras políticas a fim de favorecer a si próprio.

No texto, o nome de Cunha se sobressai ao de Dilma. A presidente é citada duas vezes: para citar a abertura do processo de *impeachment* contra ela e para expor que a bancada do PT na Câmara irá pedir o afastamento de Cunha do cargo de Presidente da Câmara, alegando que ele abusou de seu cargo quando chantageou três parlamentares da legenda que integram a Comissão de Ética da Câmara e também a própria presidente da República, como vemos no seguinte trecho:

Eles acusarão Cunha de tentar chantagear três parlamentares da legenda que integram a Comissão de Ética da Câmara. O presidente da Câmara teria ameaçado os petistas afirmando que, caso eles votassem pela abertura de processo contra ele, despacharia favoravelmente pela abertura de impeachment contra Dilma Rousseff. A bancada alegará que ele usa indevidamente o cargo para chantagear não apenas a legenda, mas a própria presidente da República. (BERGAMO, 2015)

Apesar da representação social de Dilma não ser muito trabalhada neste texto, a de Cunha é construída através de uma fala do deputado Paulo Teixeira, vice-líder do partido na Câmara: “Eduardo Cunha é hoje um homem isolado e desesperado que está tomando medidas impensadas e que não reluta em tentar levar o país ao caos. Mas o Brasil está maduro e não vai permitir” (BERGAMO, 2015).

A forma que Cunha é descrito faz com que criemos uma realidade acerca de sua imagem, fabricando um estereótipo, segundo o que era defendido por Moscovici:

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos – de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (MOSCOVICI, 2012, p.58).

Assim, a sociedade toma como realidade um estereótipo de que o presidente da Câmara está tomando decisões impensadas para se safar de acusações. Exemplo disso foi o aceite do processo de *impeachment* de Dilma. O que no começo era usado como moeda de troca, agora

é uma tentativa de tirar o foco de si e transferir para a presidente, acusando-a de crimes e criando estratégias para manobrar a política brasileira.

O termo “petista” volta a ser mencionado como forma de referir aos políticos que fazem parte do Partido dos Trabalhadores. Novamente, os políticos têm suas imagens fundidas com as dos seus partidos, deixando de ser pessoas isoladas e se tornando integrantes de um grupo.

O estereótipo da ex-presidente foi fabricado para que a sociedade compreendesse os acontecimentos e, a partir disso, posicionasse-se frente a eles de forma defensiva.

4.4 Dilma dá sinais de esgotamento e petistas se preocupam com sua disposição para liderar defesa

Figura 10 - Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 1

RENATO JANINE RIBEIRO

Nuvens negras

12/05/2016 02h00

[f](#) Compartilhar [t](#) [in](#) [e](#) < 0 [OUVR O TEXTO](#) [+](#) Mais opções

No momento em que escrevo, estou a poucas horas do provável afastamento da presidente Dilma Rousseff de seu cargo para um julgamento que ocorrerá em até 180 dias. Haverá uma mudança radical nos quadros do Poder Executivo. Serão trocados todos os ministros, os secretários-executivos, quase todos os secretários e diretores, pelo menos.

Essa troca, ao contrário do que acontece quando um governo é substituído após uma derrota eleitoral, será traumática, como traumático é o afastamento presidencial.

E não se compare com o caso Fernando Collor. O ex-presidente conquistou o poder quase sozinho, tinha um partido pequeno que mudou de nome durante a própria campanha. Na votação do processo de impeachment na Câmara, Collor só teve 38 votos a seu favor.

Já Dilma vem de um dos maiores partidos brasileiros, com tradição de lutas, um dos poucos a ter ideologia. Mesmo sendo derrotada na Câmara por 70% dos votos, ainda teve 137 que a defenderam.

Uma centena a mais do que Collor. A hashtag #naovaitergolpe não se confirmou na realidade, mas certamente #vaiterluta.

Quais as consequências imediatas? Do lado do novo governo, temos um ministério de baixo impacto, no qual parecem se sobressair só Henrique Meirelles e José Serra. Não se escolheu um ministério de notáveis.

Michel Temer poderia escolher a firmeza; poderia dizer que seu compromisso é com o Brasil, não com os partidos; poderia ter imposto ao Congresso um ministério "de técnicos", que agradaria à população mesmo incomodando os políticos; poderia ter explicado a estes que seria essa a melhor fórmula para conquistar confiança e recuperar a economia. Seria uma via difícil, mas que consagraria seu nome. Preferiu a via mais fácil, que é a do loteamento partidário. Alguns nomes até causaram forte reação desfavorável.

Temer tem um prazo. As primeiras semanas podem causar certa euforia. Ele dialoga e articula mais que Dilma, beneficia-se do voto de confiança das classes conservadoras (ressuscito uma expressão tão antiga quanto classes produtoras, ambas designando o capital). Mas a ficha vai cair.

Dilma perdeu oportunidades, dialogou pouco, fidelizou pouco - tanto que alguns de seus ministros foram para o colo do inimigo.

Acontece, todavia, que os problemas brasileiros são bem mais profundos. Retomar o crescimento econômico depois que acabou o boom das commodities não é trivial. Manter e retomar a inclusão social é prioritário. Fazer tudo isso direito, para que não haja mais Marianas, é difícil demais. E tudo isso será cobrado.

Passada a bolha de confiança, é possível que a crise se acirre. Parece que, para a economia decolar, haverá ainda mais perda do poder de compra. Por um tempo, dirão os defensores do novo governo.

No entanto, caso esse tempo se alongue ou a economia não se aprume, as críticas à legitimidade do governo Temer aumentarão. Por isso, seus apoiadores vão acelerar o processo de Dilma no Senado. Não querem conviver seis meses com a possibilidade de que ela volte.

Num cenário em que o novo governo vai aumentar impostos ou cortar investimentos sociais (e provavelmente as duas coisas), o risco de Dilma retornar à Presidência será uma ameaça constante.

Sendo Dilma condenada às pressas, o descontentamento social poderá crescer. A sensação de que o resultado das urnas foi virado no tapetão colocará gasolina nos movimentos sociais e na esquerda.

Teria sido melhor todos dialogarem. Dilma errou, a oposição errou. Agora é tarde. Nuvens negras, como negro véu, encobrem nossos céus.

RENATO JANINE RIBEIRO é professor titular de ética e filosofia política da USP. Foi ministro da Educação em 2015 (governo Dilma)

★
Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

O texto de Renato Janine Ribeiro, que é professor titular de ética e filosofia política da USP e foi ministro da Educação em 2015 (governo Dilma), é uma colaboração para o jornal, ou seja, não traduz a opinião da Folha de S. Paulo, como citado no trecho “os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo” (FOLHA, 2016).

Com o título *Nuvens negras*, no texto de Renato há a predominância da subjetividade e da opinião acerca do assunto a ser informado, como podemos ver logo no primeiro parágrafo:

No momento em que escrevo, estou a poucas horas do provável afastamento da presidente Dilma Rousseff de seu cargo para um julgamento que ocorrerá em até 180 dias. Haverá uma mudança radical nos quadros do Poder Executivo. Serão trocados todos os ministros, os secretários-executivos, quase todos os secretários e diretores, pelo menos. (RIBEIRO, 2016)

No segundo parágrafo, Ribeiro (2016) classifica a substituição do governo como traumática: “Essa troca, ao contrário do que acontece quando um governo é substituído após uma derrota eleitoral, será traumática, como traumático é o afastamento presidencial.” (RIBEIRO, 2016). O autor tenta descrever para o leitor a sensação que ele tem em relação ao processo de *impeachment* de Dilma. Ao contrário do que acontece quando um candidato perde a eleição, o governo será substituído devido a um afastamento presidencial, mesmo depois de ter sido eleito pela maioria do país.

E não se compare com o caso Fernando Collor. O ex-presidente conquistou o poder quase sozinho, tinha um partido pequeno que mudou de nome durante a própria campanha. Na votação do processo de *impeachment* na Câmara, Collor só teve 38 votos a seu favor. Já Dilma vem de um dos maiores partidos brasileiros, com tradição de lutas, um dos poucos a ter ideologia. Mesmo sendo derrotada na Câmara por 70% dos votos, ainda teve 137 que a defenderam. (RIBEIRO, 2016)

Renato ainda compara o processo de *impeachment* sofrido por Collor com o de Dilma. Desta forma, ele vai a fundo na história, trazendo dados e fazendo com que quem esteja lendo seu texto forme representações sociais através de informações e da capacidade de gerar uma realidade a partir de um estoque que a pessoa já carrega consigo, refletindo no posicionamento da formação do objeto, conforme o que Moscovici (2019) defendia. É exatamente neste ponto em que as representações sociais se diferem das representações coletivas.

Para Durkheim (2000) a sociedade não pode ser elucidada através de consciências individuais, ou seja, as representações são impostas ao sujeito de maneira coercitiva pelo

coletivo. Para Moscovici (2012), o homem possui a individualidade, sendo assim, ele se orienta perante a sociedade, a partir de um conjunto de ideias, práticas que são resultantes da sua interação social, sendo criada a partir de um pensamento coletivo.

Figura 11 - Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 2

Ganhos marginais

12/05/2016 02h00

Compartilhar Ouvir o texto Mais opções

Desde a admissão do processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, o que era uma crise política e econômica profunda transformou-se em caos institucional. A sociedade atônita perde horas de trabalho tentando entender as frequentes reviravoltas que se atropelam na velocidade da luz para, ao final do dia, reforçar sua descrença na política e nas instituições brasileiras.

Ao chegarmos exaustos ao que é, na verdade, a linha de partida –agora o Senado julgará o processo por 180 dias–, uma parte crescente da sociedade já questiona suas antigas convicções de que tudo isso vale a pena em nome de promessas improváveis de estabilidade, resolução da crise e combate à corrupção.

Mas, se não é a população a beneficiada por esse processo tumultuado, quem, até agora, ganhou na esteira do golpe?

Os primeiros ganhadores são os que conseguiram vender caro o seu apoio ao impeachment. Estes serão recompensados com cargos no governo federal, contratos governamentais e fatias maiores no Orçamento público. Afinal, o fisiologismo e a deterioração das contas públicas –pela definição de prioridades questionáveis– são marca registrada dos governos do PMDB. Basta olhar para a situação do Rio de Janeiro.

Tudo indica que o novo pacto de sangue entre o Executivo e a maior parte dos membros do Legislativo a nível federal, com esses últimos sempre propensos a agradar a seus financiadores por meio de pautas-bomba e afins, será muito bem-sucedido em trazer benefícios imediatos para alguns à custa de todos.

No mercado financeiro, podem ser identificados outros beneficiários da volatilidade do processo. O pedido de anulação das sessões de impeachment pelo presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão, por exemplo, apesar de ter durado pouco, rendeu bons ganhos aos que já sabiam ou apostaram primeiro na alta do dólar e na queda na Bovespa.

Na ótima narração de quadrilha do professor Bernardo Guimarães em seu blog nesta **Folha**, "no 'olha a cobra!', o dólar subiu cerca de 5% e a Bolsa despencou. Não tardou para chegar o 'é mentira!', revertendo a alta do dólar e a queda da Bolsa". Mas, como aponta o professor, o alto grau de incerteza só beneficia os mais informados, elevando o risco para os demais.

De fato, em entrevista ao jornal "Valor Econômico" em 10/5, o integrante do fundo Global Macro do JPMorgan Jakob Tanzmeister respondeu sobre uma possível retomada dos investimentos em ações brasileiras no caso de impeachment:

"(...) Penso que o risco é muito binário, o que torna o país não atraente. Buscamos oportunidades de investimento assimétricas, com mais possibilidade de alta do que baixa. Aqui posso ver muita alta, mas também posso ver significativa queda. (...) Há outras opções com preços mais assimétricos no mundo".

Mesmo que tais investimentos não se transformassem em ganhos para a economia real, a declaração reforça a impressão de que os que estão conseguindo surfar a onda do caos no país cabem no mesmo barco.

Há lugar a bordo também para a meia dúzia de famílias que controlam nossos meios de comunicação, cujos índices de venda e audiência só crescem com o medo e o tumulto institucional. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

Logo no primeiro trecho do texto de Laura Carvalho, uma palavra nos chama atenção: “admissão”. Referindo-se ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a palavra admissão não foi citada em nenhum outro dos textos analisados anteriormente, mas sim a palavra aceitação. Segundo o dicionário Michaelis (2015), “admissão” significa “Ato ou efeito de admitir; ato de reconhecer, aprovar ou aceitar”. Já a palavra “aceitação” tem o significado de “Ato ou efeito de aceitar; ato ou efeito de respeitar, de adotar (doutrina, teoria, posturas etc.); consideração, respeito”.

Desde a admissão do processo de impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, o que era uma crise política e econômica profunda transformou-se em caos institucional. A sociedade atônita perde horas de trabalho tentando entender as frequentes reviravoltas que se atropelam na velocidade da luz para, ao final do dia, reforçar sua descrença na política e nas instituições brasileiras. (CARVALHO, 2016)

Entender o significado dessas palavras pode nos ajudar a entender um pouco sobre a opinião pública. Como foi citado no segundo capítulo deste trabalho, nas contribuições teóricas, o político tenta a qualquer custo ter a aprovação da sociedade para que suas políticas públicas possam ser implementadas para ser legitimado.

Todas as suas estratégias passam a ser manobras para atrair o cidadão, tanto para conquistar seu voto quanto para o bom funcionamento da democracia. Todas essas afirmações foram feitas por Ana Lucia Romero Novelli (2006) em seus estudos sobre a dimensão pública e comunitária das Relações Públicas. O político e sua equipe buscam o convencimento coletivo, mantendo a população sob domínio.

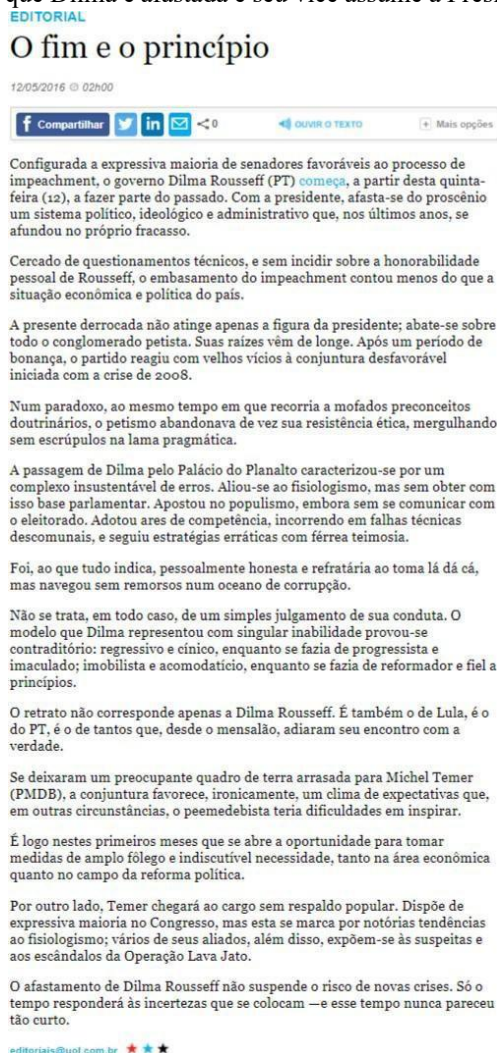
Ao chegarmos exaustos ao que é, na verdade, a linha de partida –agora o Senado julgará o processo por 180 dias–, uma parte crescente da sociedade já questiona suas antigas convicções de que tudo isso vale a pena em nome de promessas improváveis de estabilidade, resolução da crise e combate à corrupção. Mas, se não é a população a beneficiada por esse processo tumultuado, quem, até agora, ganhou na esteira do golpe? (CARVALHO, 2016)

A representação social de Dilma neste texto, é fundida com a do processo de *impeachment* e a de todos os brasileiros. Como se tratou de um processo longo, a exaustão e a sensação de atropelamento causado pelas reviravoltas a cada dia, fizeram até mesmo a sociedade se questionar se valia a pena todo aquele processo tumultuado (CARVALHO, 2016), em troca de promessas improváveis. O Brasil já havia passado por um processo de *impeachment*

na época do Collor. Segundo Bruno André Blume (2015), Collor sofreu impeachment pelo mesmo motivo:

O governo Collor foi iniciado em março de 1990. Logo de cara estabeleceu medidas econômicas radicais para tentar combater um dos principais problemas da economia do país: a inflação, que na época chegava a surreais 1700% ao ano (para efeito de comparação, nos últimos anos ela não passou dos 7% ao ano). A principal dessas medidas foi o confisco das poupanças por um período de 18 meses, medida estabelecida por meio de medida provisória. A ideia era diminuir a quantidade de moeda em circulação e, desse modo, preservar seu poder de compra. A estratégia não deu certo, já que a inflação continuou um problema ao longo de todo o governo, o que, claro, deixou a população completamente insatisfeita. Ainda por cima, já em 1991 surgiram denúncias de corrupção envolvendo pessoas próximas a Collor, como a sua esposa, Rosane Collor. Em maio de 1992 estourou a denúncia que levaria o governo Collor a um fim prematuro. (BLUME, 2015)

De forma indireta, Laura traz questionamentos que se forme representações sociais através de informações e da capacidade de gerar uma realidade a partir de um estoque que a pessoa já carrega consigo, refletindo no posicionamento da formação do objeto, conforme o que Moscovici (2019) defendia, assim como Renato Janine Ribeiro (2016) fez em seu texto.

Figura 12 - Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 3

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

Configurada a expressiva maioria de senadores favoráveis ao processo de impeachment, o governo Dilma Rousseff (PT) começa, a partir desta quinta-feira (12), a fazer parte do passado. Com a presidente, afasta-se do prosclênio um sistema político, ideológico e administrativo que, nos últimos anos, se afundou no próprio fracasso. (O FIM [...], 2016)

Em um texto sem assinatura, provavelmente enviado ao editorial através de um canal direto com o leitor, o e-mail editoriais@uol.com.br, o *impeachment* do governo de Dilma Rousseff é retratado como parte do passado do país, após a votação na qual a maioria dos senadores foram favoráveis ao afastamento da presidente. Também podemos notar o uso de palavras como “proscênio”, que, segundo o Dicionário Michaelis de 2015, significa “Parte do palco junto à ribalta” e, por extensão, “local onde o espetáculo se desenrola; cena, palco”.

Por meio do uso de palavras com esta, confirmamos mais uma vez que o processo do *impeachment* de Dilma Rousseff foi marcado como um espetáculo. O conceito da teoria de Debord (1967) norteia as análises dos textos jornalísticos, uma vez que “unifica e explica

uma grande diversidade de fenômenos aparentes” (DEBORD, 1967, p. 16). O conceito de espetáculo ainda se faz presente já que a imagem passa a ser mercadoria, no que se refere ao capitalismo, podendo ser produzida e disseminada pelas mídias de massa, seja pelo rádio, televisão e atualmente pela internet.

Todos os processos comunicacionais criam em nós uma realidade. Assim como foi estudado por Moscovici, quando iniciou seus trabalhos sobre as representações sociais. Moscovici (1961) buscou analisar como os discursos sobre representações sociais eram veiculados em notícias de jornais. Outro ponto que o intrigou era como se dava o processo comunicacional, ou seja, como um determinado grupo iria construir a sua realidade a partir dos discursos repassados pelos meios de comunicação.

Ainda sobre o editorial O fim e o princípio, Dilma não é retratada com uma figura isolada, ou seja, a presidente é citada com termos como “petista”. Sua imagem e o seu retrato são fundidos com os do seu partido, se tornando assim, uma integrante de um grupo, neste caso, o Partido dos Trabalhadores.

No texto, temos ainda acusações de que a então presidente da República teria cometido erros insustentáveis. Dilma teria apostado no populismo, mas não soube se comunicar com seu eleitorado, como vemos no trecho em destaque:

A passagem de Dilma pelo Palácio do Planalto caracterizou-se por um complexo insustentável de erros. Aliou-se ao fisiologismo, mas sem obter com isso base parlamentar. Apostou no populismo, embora sem se comunicar com o eleitorado. Adotou ares de competência, incorrendo em falhas técnicas descomunais, e seguiu estratégias erráticas com férrea teimosia. (O FIM [...], 2016)

O profissional de relações públicas, conforme citado no capítulo de contribuições teóricas deste trabalho, fica responsável por fazer a ponte entre o governo ou instituição e o seu público. Segundo Philip Lesly (1995), o papel de um relações públicas é se relacionar, sempre dialogando com a amplitude do universo de públicos. Talvez esta tenha sido a principal causa da desmoralização da representação de Dilma Rousseff.

Os corredores estavam silenciados e a euforia dos últimos dias deu lugar a um ar de incerteza. Temer assumiu o poder e em seu discurso de posse estudou citar Dilma ou não. Enfrentando protesto das ruas, vindo da esquerda, que ecoava “Fora Temer”, ele prefere esperar o discurso de Dilma, depois de notificada para se afastar do cargo.

Figura 13 - Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 4
Cenas de um velório



Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

No quarto texto analisado do dia 12 de maio de 2016, dia do afastamento da então Presidente da República de seu governo, o clima no Palácio do Planalto é descrito como uma cena de velório. Bernardo Mello Franco, em seu texto com título *Cenas de um velório*, relata como era o salão nobre e como ele estava no dia da votação do *impeachment* no Senado.

A rotina da presidente é descrita com direito a um trocadilho. No terceiro parágrafo:

A presidente acordou cedo como sempre, mas trocou a pedalada por um passeio protegido pelas grades do Alvorada. Depois recebeu ministros no gabinete de trabalho. Enquanto tratava de detalhes da despedida, servidores limpavam gavetas e enchiam caixas com documentos pessoais e lembranças. (FRANCO, 2016)

É importante que entendamos, primeiramente, o significado de pedalada. Segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015), pedalada tem apenas dois significados: o primeiro é “cada impulso que se dá ao pedal”; já no significado do mundo do futebol, pedalada significa “tipo

de drible em que o jogador passa os pés alternadamente sobre a bola, sem tocá-la, a fim de enganar o adversário.”

No meio jurídico, pedalada fiscal é o apelido dado a um tipo de manobra contábil realizada pelo poder executivo a fim de cumprir metas fiscais, fazendo parecer que haveria um equilíbrio entre gastos e despesas envolvendo contas públicas. Dilma foi acusada de pedalar quando teria atrasado, voluntariamente, o repasse recursos para bancos como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para o pagamento de programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida.

A rampa foi descartada por dois motivos. O primeiro, a recusa de Lula, que não quis acompanhá-la numa cerimônia teatral de despedida. O segundo, a tentativa de não passar a imagem de fim definitivo do governo. Afastada por até 180 dias, Dilma acalenta a esperança de voltar ao cargo após o julgamento final no Senado. A maior parte de seus aliados pensa ser um sonho impossível. (FRANCO, 2016)

Com base no que já foi dito nas contribuições teóricas, no que diz respeito ao conceito de espetáculo de Debord (1967), todos nós somos protagonistas e espectadores ao mesmo tempo do show. No campo político, isso é imposto como um ato teatral, ou seja, as técnicas de teatro estão cada vez mais presentes em tudo o que envolve o coletivo.

Figura 14 - Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 5

Dilma dá sinais de esgotamento e petistas se preocupam com sua disposição para liderar defesa

12/05/2016 @ 09h29

Compartilhar [Twitter](#) [Facebook](#) [LinkedIn](#) [Google+](#) [Imprimir](#) [Mais opções](#)

Pés no chão Apesar do discurso de resiliência e da imagem de que cresce na dificuldade, Dilma Rousseff dá sinais de esgotamento. Petistas se preocupam com sua disposição para liderar a defesa até o julgamento definitivo pelo Senado. Nas últimas semanas, deixou escapar sentir saudades de uma vida normal, mas a renúncia é carta fora do baralho. Alguns traduzem os sinais como se quisesse "se livrar disso". Entre as decepções da reta final, o Supremo. Dilma repete que a corte joga "contra" ela.

Laços de família Dilma não teve a companhia da filha ao longo da votação. Paula, que tem um bebê de quatro meses, ficou em Porto Alegre. Na sessão decisiva na Câmara, fez o mesmo.



Oi, querida A segurança do Planalto investiga o autor de um trote em Dilma. Ela se preparava para acompanhar a votação quando foi avisada de que Lula estava na linha. Atendeu o telefone, mas era só um gaíto imitando o petista. Dilma ficou furiosa.

Sem gritaria Especialistas em Michel Temer vaticinam: o novo presidente é pouco resistente a pressões - menos ainda se forem da imprensa. Os sucessivos recuos no ministério sugerem seu ponto fraco.

Barata tonta Michel Temer voltou atrás em nomeações para Justiça, Cultura, Saúde, Defesa, Ciência e Tecnologia, Controladoria-Geral da União e Desenvolvimento. Ganhou a alcunha de "governo Tabajara", apelido que o PMDB dava à gestão Dilma.

Como pode? O segundo deputado que mais se beneficiou de emendas parlamentares, empenhadas no apagar das luzes do governo Dilma, foi Eduardo Cunha. Ficou com o compromisso de receber R\$ 3.954.600. A emenda beneficia a cidade de Itaboraí.

Vergonha alheia O deputado estadual Edílzio Júnior (PV), que faz oposição ao governador Flávio Dino, subiu na tribuna da Assembleia e sugeriu um abalo-assinado para pedir que Waldir Maranhão retire o nome do Estado de sua assinatura.

Meu time Henrique Meirelles disse a Temer que deseja Carlos Hamilton como seu número dois na Fazenda e Mansueto de Almeida como secretário do Tesouro.

Organograma Conforme o desenho apresentado ao Jaburu, Marcos Mendes assumiria a Secretaria de Política Econômica. Jorge Rachid, hoje no comando da Receita Federal, pode ficar no cargo.

Herança bendita A sintonia entre Romero Jucá e Nelson Barbosa é tamanha que os dois escolheram o mesmo secretário-executivo. Dyogo Oliveira também será vice-ministro do peemedebista no Planejamento.

Bem-vindo! Temer será alvo de protesto em SP já nesta quinta (12). O MTST e movimentos da Frente Povo Sem Medo prometem levar 30 mil pessoas à avenida Paulista. O lema será "Temer Jamais".

Passar bem Graça Foster, ex-presidente da Petrobras e amiga abandonada por Dilma, fez questão de acompanhar o impeachment bem de longe. Questionada sobre o processo, foi laconica: "Não tenho nada a dizer".

Ajude a te ajudar Aumentou a pressão de aliados para que Cunha renuncie à presidência. Mas ele resiste.

Visitas à Folha O coronel Ricardo Gambaroni, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de SP, visitou ontem a Folha, onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado do coronel Adilson Luís Franco Nassaro, chefe de comunicação social, e do major Emerson Massera, chefe da assessoria de imprensa.

Paulo Lopes Lourenço, cônsul-geral de Portugal em São Paulo, visitou ontem a Folha. Estava acompanhado de Marina Paraiso, assistente de gabinete, Bruno Assami, diretor-executivo da Unibes Cultural, e David Seromenho, administrador da CV&A Consultores Brasil.

CONTRAPONTO

A história será mais generosa com a presidente Dilma Rousseff. O golpe ficará registrado nos livros.

DO SENADOR LINDBERGH FARIAS (PT-RJ), sobre a votação no Senado que deve admitir o processo de impeachment e afastar a presidente por 180 dias.

TIROTEIO

Chame o ladrão

Enquanto a sessão de votação do impeachment corria no Senado, a Comissão de Segurança Pública reunia-se na Câmara. O deputado Alberto Fraga (DEM-DF) interrompeu brevemente o debate e dirigiu-se a Alexandre Baldy (PTN-GO), que conduzia os trabalhos:

- Presidente, acharam uma caneta Montblanc aí?
Baldy e os deputados Gilberto Nascimento (PSC-SP) e Alexandre Leite (DEM-SP) levantaram simultaneamente canetas esferográficas comuns.
Fraga então reclamou para riso geral:
- Em plena reunião da Comissão de Segurança Pública, levo um prejuízo de R\$ 5.000! É mole? ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

As narrativas midiáticas são responsáveis não apenas por informar, mas também por articular. Tendo este poder em mãos, a Folha de S. Paulo configura um novo espaço público e fisga os olhares da sociedade, já que o público procurava informações sobre o acontecimento político e a mídia oferecia. A onda de acontecimentos fez com que a sociedade tomasse o esgotamento como realidade. O caos econômico e político que o Brasil enfrentava criou um pré-julgamento, explicado pelo conceito de ancoragem. Moscovici (2007) disse que, quando selecionamos uma característica aleatoriamente, ela favorece que nossa opinião seja formada sem neutralidade ou precipitadamente. O mesmo acontece quando rotulamos uma pessoa.

Todos os parágrafos do texto analisado começam com expressões do cotidiano, como “pés no chão”, “barata tonta”, “vergonha alheia”, “meu time” e “passar bem”. Todas as expressões são de suma importância para que se entenda o assunto que será trabalhado em cada um dos parágrafos. Como é o exemplo do seguinte trecho:

Pés no chão Apesar do discurso de resiliência e da imagem de que cresce na dificuldade, Dilma Rousseff dá sinais de esgotamento. Petistas se preocupam com sua disposição para liderar a defesa até o julgamento definitivo pelo Senado. Nas últimas semanas, deixou escapar sentir saudades de uma vida normal, mas a renúncia é carta fora do baralho. Alguns traduzem os sinais como se quisesse "se livrar disso". Entre as decepções da reta final, o Supremo. Dilma repete que a corte joga "contra" ela. (LIMA, 2016)

Neste texto jornalístico do editorial “Painel” de Daniela Lima, as imagens de Dilma dizem muito sobre sua representação social, que se encaminha para a divisão do Brasil no campo político. A resiliência deu espaço ao esgotamento.

O texto em si, apesar de trazer em seu título a frase Dilma dá sinais de esgotamento e petistas se preocupam com sua disposição para liderar defesa, fala não somente da presidente e dos “petistas”, mas também de outros deputados, de Eduardo Cunha, cita Henrique Meirelles, Edílázio Júnior do Partido Verde (PV) e, além disso, informa que Temer é alvo de protestos em São Paulo, durante a quinta-feira de votação, com o lema “Temer Jamais”.

Desta forma, a política brasileira é descrita como um todo. Iniciando na figura de Dilma, passando por informações de seu vice, chegando até os deputados.

Outro ponto importante a ser destacado é a ligação feita entre a vida política de Dilma e sua vida pessoal. Em determinado trecho destacado do texto, a presidente tem a imagem descrita como de uma pessoa abandonada, até mesmo os seus amigos: “**Passar bem** Graça Foster, ex-presidente da Petrobras e amiga abandonada por Dilma, fez questão de acompanhar o impeachment bem de longe. Questionada sobre o processo, foi lacônica: ‘Não tenho nada a dizer’” (LIMA, 2016).

Figura 15 - Editorial do dia em que Dilma é afastada e seu vice assume a Presidência como presidente interino 6

Temer estuda citar Dilma em discurso de posse



12/05/2016 11h39

Compartilhar Ouvir o texto Mais opções

O vice-presidente Michel Temer estuda citar nesta quinta (12) Dilma Rousseff em seu pronunciamento de posse na Presidência.

Na noite desta quarta (11) ele discutiu o formato de sua fala com aliados mais próximos.

A ideia de fazer referências "elegantes", segundo um dos conselheiros do peemedebista, à presidente ganhou apoios, mas ainda não é definitiva.

Foram feitos dois textos, um com o nome de Dilma e um sem a citação a ela. Temer decidirá qual vai ler logo mais.

Antes de bater o martelo, ele preferiu esperar o discurso de Dilma, nesta quinta (12), depois de notificada para se afastar do cargo. ★ ★ ★

IMPEACHMENT DE DILMA

A história de um processo que dividiu o país



- Como foram as últimas horas de Dilma Rousseff na presidência
- Conheça o presidente Temer e saiba o que muda em Brasília com sua posse
- Como a relação entre Temer e Dilma azedou
- Como chegamos até aqui? Os principais fatos que ocorreram até o impeachment
- Votação: resultado na Câmara e no Senado

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

O texto publicado por Mônica Bergamo, é importante para nós para o estudo das Relações Públicas. Os discursos de posse geralmente são discutidos por um RP e o orador. No caso de Temer, para seu discurso de posse, ele teve o apoio de um de seus conselheiros na produção de dois textos.

O papel principal desse profissional é fazer a ponte entre a organização, no caso desta análise, o então presidente interino, e seu público. Temer assumiu o Governo em meio a manifestações de um país dividido, então, o relacionamento deveria ser feito com base em estratégias para a mediação de conflitos. "A ideia de fazer referências 'elegantes', segundo um dos conselheiros do peemedebista" (BERGAMO, 2016).

O texto jornalístico é curto e objetivo. O fato noticiado através do editorial de Opinião gira em torno do pronunciamento de posse de Michel Temer na Presidência. Segundo o texto, o formato da fala do discurso já havia sido estudado um dia antes, ou seja, no dia 11 de maio de 2016, antes de Dilma ser notificada de seu afastamento do cargo. Através do que é exposto, a sensação que nos dá é que tudo já estava alinhado.

4.5 O espetáculo: Dilma perde o cargo de Presidente da República

Neste subtítulo serão analisados os textos do editorial de Opinião da Folha de S. Paulo após o fim do processo de *impeachment*, totalizando 273 dias. No dia 31 de agosto de 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff perde seu cargo após três meses de tramitação do processo iniciado no Senado. Dilma Rousseff e os petistas buscam valer-se desse mecanismo ao descrever reiteradamente o *impeachment* como golpe. Serão analisados dez textos publicados, todos no mesmo dia.

Nos textos, podemos notar também que, desta vez, existe a presença de integrantes que não foram citados anteriormente no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, como é o caso Joaquim Barbosa e a filha de Cardoso, advogado de Dilma.

Analisando os títulos dos textos, Dilma não é citada em nenhum deles, ou seja, podemos subentender que Dilma teve sua figura fundida com a de seu governo. Apesar de Dilma não ser citada, em um título em específico, referente à fala de Janaína Paschoal, é usado o termo "dilmistas".

Figura 16 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 1

HEBE MATTOS

Os historiadores e a democracia

31/08/2016 02h00

[f](#) [Compartilhar](#) [t](#) [in](#) [e](#) 0 [OUVR O TEXTO](#) [+ Mais opções](#)

Em plena votação final do processo de impeachment no Senado, o livro "Historiadores pela Democracia: o Golpe de 2016 e a Força do Passado" vem a público, pela Alameda Editorial, organizado por mim, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian.

Escritos no calor do processo da atual crise política brasileira, os textos reunidos são um exercício de história imediata, organizados em ordem cronológica, a partir de uma proposta de periodização do processo político em curso, um dos campos mais clássicos de atuação do historiador profissional.

O livro é também uma resposta às críticas ao movimento Historiadores pela Democracia, veiculadas nas páginas de opinião de jornais e revistas e nas redes sociais após o lançamento do vídeo-manifesto do movimento.

Essas críticas, no que apresentavam de substantivo, são similares às formuladas a um movimento que surgiu pouco depois nos EUA, *Historians Against Trump* (historiadores contra Trump). Alegam que os autores poderiam se manifestar politicamente enquanto cidadãos, mas não como historiadores profissionais.

Aqui, como lá, tal juízo se estrutura a partir de uma visão antiquada e autoritária do ofício do historiador.

A historiografia contemporânea não supõe a construção de versões unívocas da história, mas um conhecimento sobre o passado que está sempre se transformando a partir da formulação de novas questões. É o rigor metodológico, com diversidade teórica e multiplicidade de abordagens, o que define nossa formação profissional.

No livro, a partir de um olhar historiográfico, os autores tomam por base problemas de pesquisa específicos para interpretar os acontecimentos políticos recentes. A força do legado do passado escravista, ainda atuante na sociedade brasileira, é a chave de algumas abordagens.

Uma discussão do campo de possibilidades em cada contexto analisado informa muitos dos textos. Se há algo que o conjunto reunido sugere é uma surpreendente e, na maioria das vezes, indesejada capacidade de previsão.

"Os Riscos do Vice-presidencialismo", de 2009, de Luiz Felipe Alencastro, abre a narrativa do volume. Na sequência, os textos nos fazem reviver as eleições de 2014, a continuada contestação ao resultado eleitoral em 2015 e a força da cultura política da hipocrisia nos acontecimentos recentes.

No conjunto, os artigos constroem uma narrativa com final aberto do golpe institucional de 2016.

Os lançamentos em Brasília e em São Paulo, durante o simulacro de julgamento no Senado da presidente eleita, Dilma Rousseff, colocam o livro e seus autores também como atores da história, que, afinal, todos fazemos.

E continuaremos a fazer, em qualquer cenário futuro, em defesa da democracia e dos direitos inscritos na Constituição de 1988.

HEBE MATTOS é professora titular de história do Brasil da Universidade Federal Fluminense. Foi professora visitante da Universidade Columbia (EUA). É uma das organizadoras do livro "Historiadores pela Democracia".

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

O texto de Hebe Mattos, *Os historiadores e a democracia*, faz menção a Dilma apenas para contextualizar acontecimentos. O texto jornalístico é uma breve exposição de um livro escrito por Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian.

O livro, cujo nome é *Historiadores pela Democracia: o Golpe de 2016 e a Força do Passado*, traz

Escritos no calor do processo da atual crise política brasileira, os textos reunidos são um exercício de história imediata, organizados em ordem cronológica, a partir de uma proposta de periodização do processo político em curso, um dos campos mais clássicos de atuação do historiador profissional. O livro é também uma resposta às críticas ao movimento Historiadores pela Democracia, veiculadas nas páginas de opinião de jornais e revistas e nas redes sociais após o lançamento do vídeo-manifesto do movimento. (MATTOS, 2016)

Um ponto importante que podemos tirar do texto é como os fatos históricos abordados neste estudo podem ser documentados em tipos de mídia diferentes, como o livro citado no texto analisado e o documentário *Democracia em Vertigem* (2019), de Petra Costa, que foi exposto no capítulo de contextualização do objeto deste estudo.

Esse tipo de percepção nos ajuda a comprovar que o *impeachment* de Dilma Rousseff foi um espetáculo, conforme a teoria proposta por Debord (1967). O espetáculo não ficou somente nas televisões, mas foi documentado de diversas formas.

Figura 17 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 2

Sinais de diálogo do governo efetivo de Temer com o PT já provocam ruídos

31/08/2016 02h00



O governo efetivo de Michel Temer nem mesmo começou e sinais de diálogo entre ele e o PT já geram ruídos. O deputado federal Vicente Cândido (PT-SP) desistiu de viagem que faria a Xangai com o peemedebista, no dia seguinte ao impeachment de Dilma Rousseff, depois de reações internas do partido.

AGENDA CHEIA

Cândido diz que foi indicado para a comitiva oficial pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e em função de ser diretor de relações internacionais da CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Afirma que desistiu da viagem, na verdade, por causa de compromissos nos Estados Unidos, também relacionados ao futebol. E que depois seguirá para Xangai.

OS ELEITOS

A comitiva que Temer tinha formado para viajar à China é seleta. Apenas nove pessoas devem embarcar com ele: o presidente do Senado, Renan Calheiros, o chanceler José Serra, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e os deputados Altineu Côrtes (PMDB-RJ), Beto Mansur (PRB-SP), Fábio Ramalho (PMDB-MG) e Pauderney Avelino (DEM-AM).

SINAL

E a diplomacia do Uruguai já conversa com o Brasil para agendar encontro do presidente do país, Tabaré Vázquez, com Temer.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

No texto de Mônica Bergamo (2016), é descrito um dos primeiros problemas que Temer iria enfrentar em seu governo: a falta de diálogo com o PT. Uma das funções das Relações Públicas está ligada à comunicação interna, conforme Teobaldo (1994) designou ao setor de informação. Segundo as contribuições teóricas feitas neste estudo, Teobaldo (1994) dizia que

no setor da informação estão a preparação de *briefing*, redação de discursos ou declarações públicas e, no caso da comunicação interna, o desenvolvimento de conteúdos de intranets. Além disso, ainda é executado o atendimento ao público, ouvindo e colhendo informações, sugestões e reclamações.

Para que a comunicação com o público seja efetiva, é necessário que, antes, a comunicação interna seja estruturada, evitando ruídos que podem afetar a imagem dos envolvidos, no caso em estudo, tanto dos “petistas” quanto de Cunha.

Figura 18 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 3

Ouviu-se de tudo nas argumentações finais da acusação contra Dilma Rousseff, na sessão de terça (30) do Senado.

A advogada Janaina Paschoal atribuiu a Deus a tomada de consciência da população quanto à necessidade do impeachment. Chorou, dizendo pensar nos netos da presidente afastada. Afirmou, ademais, que o Senado é soberano para julgar Dilma, mesmo levando em conta circunstâncias e fatos não mencionados na denúncia.

Seu colega de tribuna, Miguel Reale Jr, concordava. Acrescentou que o Senado tem “estatura moral” para julgar Dilma Rousseff, e que o impeachment haverá de inaugurar uma nova época no país.

Época renunciada, aliás, pelo sucesso de nossos atletas olímpicos, que triunfaram pela “labuta” e pela “persistência”, e não pela “malandragem”. Os senadores ouviram tudo em silêncio.

Houve argumentos técnicos também. Janaina Paschoal rebateu os argumentos dilmistas sobre as pedaladas fiscais e os decretos não autorizados. No primeiro caso, o das pedaladas, o que o governo fez não foi apenas atrasar os pagamentos que devia ao Banco do Brasil: tratava-se de verdadeira operação de crédito, de verdadeiro empréstimo, coisa vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PT, aliás, votou contra essa lei de Fernando Henrique, que evitava a prática de governos estaduais terminarem quebrando seus bancos por não pagar empréstimos. Pois bem, naquela época havia ao menos um contrato explícito regulando a transação; ficava claro o que acontecia.

Agora, prosseguiu Janaina Paschoal, a defesa de Dilma argumenta que os atrasos do governo não equivalem a um empréstimo, porque não existe contrato entre os bancos e a União. Ora, isso é pior ainda, concluiu a advogada: faz-se de modo oculto, fraudulento, aquilo que antes da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo menos se admitia formalmente.

Também os decretos não autorizados constituíram, para a acusação, um logro. Os agentes econômicos foram levados “inocentemente” (palavras de Janaina Paschoal) a acreditar que o governo estava em condições de arcar com despesas extraordinárias. Mas nos mesmos dias em que os gastos eram autorizados o Planalto já sabia que suas metas de superávit teriam de baixar muitíssimo.

Meros pretextos, rebateu José Eduardo Cardozo, pela defesa. Os gastos extraordinários não aumentaram em “um níquel” o déficit do governo, porque foram feitos tirando verbas de outras rubricas. Decretos desse tipo se submetem, sempre, a uma norma anterior, a do contingenciamento de despesas. Ou seja, já estava estabelecido um teto máximo para as despesas, e os decretos extraordinários não o alteraram.

E mesmo que fossem gastos novos, será que estariam em desacordo com a meta anual de superávit, que acabava de ser alterada? Não, disse Cardozo, porque uma meta anual não tem necessariamente de ser cumprida em julho, quando os decretos foram editados.

É como se eu me compromettesse a emagrecer 12 quilos até o final do ano, disse o ex-ministro de Dilma. Ao fim do primeiro semestre, percebo que só emagreci três quilos. O que faço? Intensifico o meu regime dali para a frente, ou então converso com o médico e revejo minhas ambições. O governo fez novo acordo com o “médico”, propondo ao Congresso nova meta orçamentária. Não há relação disso com os decretos de gastos, que não impuseram novas despesas.

Quanto aos atrasos no pagamento do Banco do Brasil, as chamadas pedaladas, Cardozo argumentou que todo contrato, formal ou verbal, pressupõe um acordo de vontades entre os contratantes. Mas não há “acordo de vontades” no plano de financiamento aos agricultores, que é estipulado em lei. Como dizer, aliás, que o governo “atrasava” seus pagamentos se em nenhum momento tinha sido estipulado o prazo para saldar a dívida?

As razões do impeachment foram modificadas e articuladas de forma retroativa, concluía Cardozo. Numa tentativa de frear a Lava Jato, sugeriu. Diante de tantos pretextos, não seria o caso de pelo menos ficar em dúvida quanto às acusações? E vamos esquecer o princípio de que, na dúvida, o réu deve ser inocentado?

No plenário, contudo, os senadores já não pareciam ter dúvida. O “conjunto da obra”, inclusive no que diz respeito à irresponsabilidade fiscal antes das eleições, pesava mais do que os pontos da denúncia. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

O texto de Marcelo Coelho, com título Janaina rebate argumentos dilmistas, e Cardozo diz que acusações é pretexto, puxou dado na sessão de terça-feira, dia 30 de agosto de 2016, no Senado:

A advogada Janaina Paschoal atribuiu a Deus a tomada de consciência da população quanto à necessidade do impeachment. Chorou, dizendo pensar nos netos da presidente afastada. Afirmou, ademais, que o Senado é soberano para julgar Dilma, mesmo levando em conta circunstâncias e fatos não mencionados na denúncia. Seu colega de tribuna, Miguel Reale Jr, concordava. Acrescentou que o Senado tem "estatura moral" para julgar Dilma Rousseff, e que o impeachment haverá de inaugurar uma nova época no país. (COELHO, 2016)

No trecho retirado do texto de Marcelo Coelho (2016), confirmamos novamente a presença do conceito de Espetáculo envolvendo o *impeachment* de Dilma Rousseff. As técnicas de encenação presentes na palavra “chorou” e até mesmo apelando para a família, citando os netos da presidente afastada. O teatro se faz presente em tudo que envolve o coletivo, principalmente no campo político.

Mas naquele dia, não só a advogada Janaina Paschoal, mas a maioria dos políticos que discursaram durante a votação fizeram uso das técnicas teatrais. Tudo foi feito de maneira a cativar o público que estava acompanhando.

Nas últimas décadas, as indústrias culturais possibilitaram que os espetáculos ganhassem espaços midiáticos na vida cotidiana. Aqueles conflitos expostos moldaram de alguma forma os pensamentos e o comportamento de quem os acompanhavam, construindo identidades. Essa teoria pode ser confirmada de acordo com o que Neal Gabler (1999) disse em seu estudo sobre espetáculo.

Segundo Gabler (1999), a vida se torna um veículo de comunicação, como a TV e o rádio, fazendo de nós protagonistas e plateia ao mesmo tempo. Para Kellner (2003), em seu estudo A cultura da mídia, os espetáculos ajudam a unir o tecido da vida cotidiana. Desta forma, podemos concluir que, de acordo com que foi citado no texto jornalístico de Marcelo Coelho, todas as ações dos políticos podem ter sido capazes de impactar e trazer consequências às identidades dos envolvidos.

Figura 19 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 4

SÃO PAULO - O cérebro é um órgão esquisito. Ele opera por contiguidade. Se eu o submeto a um estímulo negativo e, ao mesmo tempo, apresento-o a uma ideia ou objeto novos, ocorre uma espécie de contaminação e a nova representação fica marcada como algo ruim, ainda que nem saibamos explicar por quê.

Dilma Rousseff e os petistas buscam valer-se desse mecanismo ao [descrever reiteradamente o impeachment como golpe](#). Dilma teve a cautela de distinguir o que ela chama de golpe parlamentar do golpe militar clássico. No primeiro, ela mesma admitiu, não ocorre a violência física e institucional associada ao segundo.

De fato, mesmo entre os que consideram o impeachment golpe, poucos hão de julgar crível um cenário em que o governo Temer revogue garantias fundamentais, censure a imprensa ou suspenda eleições. Assim, pelo próprio raciocínio dilmista, o golpe que estaria em curso não teria nenhuma das principais características negativas que atribuímos aos golpes. Acho importante destacar essa diferença, que tende a ser escamoteada pelos mecanismos de contaminação semântica com que o cérebro opera, para que nenhum neurônio desavisado pense que Temer está em vias de torturar pessoas.

Mas Dilma e os petistas estão certos ao chamar o impeachment de golpe? Eu diria que eles têm todo o direito de considerar o processo forçado, até o limite da farsa, mas me parece formalmente errado tachá-lo de golpe. É que, para fazê-lo, é preciso formar um juízo de valor sobre o mérito das acusações — o que é perfeitamente legítimo — e, simultaneamente, tirar do juiz natural a possibilidade de emitir um veredicto diferente deste — o que já não funciona tão bem.

O que caracteriza a democracia é justamente a utilização de processos formais para a solução de conflitos, e a regra do impeachment estabeleceu, já desde 1891, que cabe exclusivamente ao Senado julgar o presidente nesse tipo e acusação. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

No texto de Hélio Schwartzman, *Cérebro, golpe e juiz natural*, existem pontos importantes para nós, que estamos estudando as representações sociais. No primeiro trecho do texto, Hélio descreve como os discursos comunicacionais agem, fazendo com que uma nova representação seja criada:

SÃO PAULO - O cérebro é um órgão esquisito. Ele opera por contiguidade. Se eu o submeto a um estímulo negativo e, ao mesmo tempo, apresento-o a uma ideia ou objeto novos, ocorre uma espécie de contaminação e a nova representação fica marcada como algo ruim, ainda que nem saibamos explicar por quê. (SCHWARTZMAN, 2016)

As estratégias de comunicação buscam o convencimento coletivo, dessa maneira, mantendo o domínio sobre a população e ainda criando uma realidade acerca de objetos e pessoas, tanto positivamente quanto negativamente. Falando um pouco sobre Relações Públicas Governamentais e as suas estratégias e técnicas, tanto no Marketing político quanto na comunicação em si, tudo é pensado e idealizado na busca por uma aprovação da opinião pública.

A palavra “golpe” se sobressai à palavra “processo” ou *impeachment*. Élio (2016) traz à tona como o cenário estaria categorizado: o *impeachment* de Dilma foi golpe ou não. No penúltimo parágrafo do texto, a sua opinião vem à tona: “Eu diria que eles têm todo o direito de considerar o processo forçado, até o limite da farsa, mas me parece formalmente errado tachá-lo [*sic*] de golpe” (SCHWARTZMAN, 2016).

De acordo com o dicionário *on-line* Michaelis (2015), a palavra “golpe” significa: “Movimento brusco e violento, de ataque ou defesa, que atinge uma pessoa”. Já palavra “*impeachment*” significa “impedimento”. Os significados dessas duas palavras são importantes para que se entenda o que aconteceu de fato no processo contra Dilma. É a partir dessa significação que vamos entender uma das representações sociais da presidente: vítima ou criminosa.

O uso de palavras como “petistas” e “raciocínio dilmistas”, citados várias vezes ao longo do texto como forma de se referir aos políticos que fazem parte do Partido dos Trabalhadores ou que estão a favor de Dilma, novamente causa a fundição das imagens dos políticos com as dos seus partidos ou ideias. Eles deixam de ser pessoas isoladas e se tornam integrantes de um grupo.

Figura 20 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 5

Céu sem santos



Miguel Reale Jr., Janaina Paschoal e José Eduardo Cardozo durante julgamento do impeachment

31/08/2016 © 02h00

Compartilhar Ouvir o texto Mais opções

BRASÍLIA - O Senado [deve cassar nesta quarta \(31\) o mandato de Dilma Rousseff](#). Dos quatro presidentes eleitos depois da ditadura militar, ela será a segunda a sair antes da hora. Não é um bom retrospecto para a jovem democracia brasileira.

O longo processo de impeachment chega ao fim num momento de antilímax. Na véspera da votação, pouca gente se animou a protestar contra ou a favor em frente ao Congresso. Sem povo na rua, a cena foi dominada pelos advogados, que ocuparam a tribuna pela última vez.

Pela acusação, a [doutora Janaina Paschoal ofereceu o espetáculo esperado](#). Fez caretas, chorou e disse que pensava nos netos de Dilma ao propor seu afastamento. Na versão dela, foi Deus, e não Eduardo Cunha, quem arregimentou as tropas para derrubar o governo.

O ex-ministro Miguel Reale Jr. dissertou sobre o “Brasil alegre, do sorriso, do gingado e do samba no pé”. Depois reclamou da “esperteza malandra” e disse que o país precisa valorizar a persistência e a labuta. Não parecia, mas ele estava defendendo a destituição da chefe de Estado.

Pela defesa, o ex-ministro José Eduardo Cardozo também tentou apelar à emoção. Numa passagem, disse que Dilma foi discriminada por ser mulher. Noutra, insistiu em comparar o processo legal do impeachment com a desumanidade da tortura.

No último dia de debates, a maioria dos votantes não parecia preocupada em discutir decretos ou pedaladas. “É evidente que o que julgamos aqui é um detalhe diante do conjunto da obra”, reconheceu o ex-tucano Álvaro Dias, hoje no PV.

O placar estava praticamente definido, mas alguns senadores ainda se diziam indecisos para arrancar mais cargos no governo. O peemedebista Garibaldi Alves Filho, que foi ministro de Dilma e agora apoia Michel Temer, arriscou uma piada: “Dizia-se que o Senado era o céu. E eu, quando ocupei a presidência desta Casa, disse: pode ser o céu, mas não tem nenhum santo”.

★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

Bernardo Mello Franco (2016) faz um trocadilho logo no título de seu texto *Céu sem santos*. Através desse trocadilho, o autor deu a entender que Dilma foi julgada por pessoas que se viam no direito de julgar uma outra pessoa, mas não era bem assim.

Em um trecho do texto de Franco (2016), através de uma fala do peemedebista Garibaldi Alves Filho, o político arrisca uma piada: “Dizia-se que o Senado era o céu. E eu, quando ocupei a presidência desta Casa, disse: pode ser o céu, mas não tem nenhum santo” (FRANCO, 2016).

Outro ponto importante no texto se refere à representação de Dilma Rousseff e vem pela defesa do seu advogado: “Pela defesa, o ex-ministro José Eduardo Cardozo também tentou apelar à emoção. Numa passagem, disse que Dilma foi discriminada por ser mulher. Noutra, insistiu em comparar o processo legal do impeachment com a desumanidade da tortura” (FRANCO, 2016).

Conforme exposto na contextualização do objeto deste trabalho, o PT, desde que lançou Dilma como candidata, buscou meios e estratégias para atrair mais mulheres para a política. É comum ouvir que lugar de mulher não é na política e o Partido dos Trabalhadores queria mudar justamente este pré-conceito.

Figura 21 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 6

Diplomacia do Uruguai tenta marcar reunião de Tabaré Vázquez com Temer

31/08/2016 02h00



A diplomacia do Uruguai já conversa com o Brasil para agendar encontro do presidente do país, Tabaré Vázquez, com Temer.

★

Seria em setembro, nos Estados Unidos, quando os dois viajam para a abertura da Assembleia-Geral da ONU.

SINAL

O encontro com Vázquez é considerado estratégico pela equipe de Temer. O governo do Uruguai, de esquerda, sempre foi aliado das administrações do PT. Via o impeachment de Dilma Rousseff com reservas e até hoje se opõe à guinada do novo governo do Brasil no Mercosul, que pretende isolar a Venezuela no bloco econômico.

Leia a coluna completa [aqui](#) ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

O texto de Mônica Bergamo (2016) é sucinto, trazendo informação sobre como Temer irá assumir a agenda como o novo presidente do Brasil.

Figura 22 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 7

ALOYSIO NUNES FERREIRA

A farsa do golpe

31/08/2016 02h00


 Compartilhar 0

OUVR O TEXTO

Mais opções

É fato notório que o governo federal omitiu o registro obrigatório, no Banco Central, de vultosos passivos - mais de R\$ 60 bilhões. Uma ilegalidade desse tamanho não ocorreria sem o consentimento de uma autoridade superior: Dilma Rousseff, sem sombra de dúvida.

Essas dívidas foram ocultadas dos olhos dos cidadãos e dos órgãos de controle previstos na Constituição para que o governo continuasse gastando além dos limites recomendados pela prudência.

Dilma descumpriu o dever da transparência, o fundamento da confiança que deve reger as relações entre governantes e governados na democracia. Mais ainda: foram assinados por ela os decretos de suplementação orçamentária, editados em desconformidade com a meta de superávit fixada pela lei em vigor à época.

Assim, de caso pensado, Dilma cometeu crimes de responsabilidade, definidos na lei 1.079/50, dos quais decorreram gravíssimas consequências para o povo brasileiro. A presidente afastada preferiu, no entanto, apresentar-se como vítima de um golpe: eis o fundamento político, fragilíssimo, de sua defesa.

Nossa geração viveu na juventude o golpe de 64, sabemos bem o que é isso. Trabalhamos para reconstruir as instituições democráticas, hoje sólidas e pujantes. Se, nas chamadas pedaladas fiscais, Dilma falseou as contas públicas, falseou também, em sua defesa no Senado, a história da natureza do processo em que figura como acusada.

Esse processo destina-se a assegurar a soberania da lei e da Constituição. A atuação do Supremo Tribunal Federal, em todas as suas etapas, reforçou a obediência às normas legais.

O país vive um clima de paz e normalidade institucional. Ninguém prega a violência como método para resolver a crise política. Todos os que se manifestaram pacificamente nas ruas o fizeram sem embaraço. A imprensa livre, mesmo aquela injustamente acusada de golpista, noticia todos os fatos e repercute todas as opiniões. O presidente Michel Temer, eleito diretamente com Dilma, exerce o papel atribuído a ele pela Constituição.

A agenda do impeachment ficou para trás, os partidos já estão empenhados na eleição municipal e se preparam para o pleito de 2018.

Dilma se defendeu perante seu juiz natural, o Senado. Farsa não houve, pois a presidente afastada exerceu dignamente seu direito de defesa, e nós, senadores, a julgamos segundo nosso entendimento.

Tragédia também não houve, pois o país seguirá em frente, com instituições fortalecidas e a responsabilidade fiscal exaltada como um valor que todos devem defender, independentemente da cor da bandeira política. Os governantes, daqui para a frente, pensarão várias vezes antes de praticarem estripulias com as contas públicas.

Golpe? Sob supervisão do STF? Como poderia ser, se Dilma tentou mobilizar a opinião pública, a partir do Palácio do Alvorada, com apoio de aliados, e, no Congresso, contou com o patrocínio de seu brilhante advogado, José Eduardo Cardozo, cujo trabalho é custeado pelo orçamento público, como manda a lei?

Dilma sabe que ao STF compete, em última instância, a guarda da Constituição. Sabe também que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica. O Judiciário pode ser acionado não só para reparar mas também para prevenir lesão de direito.

Então, pergunto: sabendo de tudo isso, por que, em vez de recorrer à OEA (Organização dos Estados Americanos), Dilma não procurou as instituições nacionais, como o STF e o Ministério Público, para denunciar o suposto golpe em curso?

ALOYSIO NUNES FERREIRA, senador por São Paulo (PSDB), é líder do governo no Senado. Foi deputado estadual, federal e ministro da Justiça (governo FHC)

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

No texto jornalístico de Aloysio Nunes Ferreira (2016), com título A farsa do golpe, o autor se posiciona trazendo dados sobre a ilegalidade do que acontecia no governo de Dilma Rousseff. Fazendo uso de dados, o autor configura o novo espaço público e cidadania. Aloysio

busca no convencimento coletivo mudar a realidade da política para o negativo. Essa realidade é resultante de vivências pessoais, como o próprio autor cita no parágrafo quinto:

Nossa geração viveu na juventude o golpe de 64, sabemos bem o que é isso. Trabalhamos para reconstruir as instituições democráticas, hoje sólidas e pujantes. Se, nas chamadas pedaladas fiscais, Dilma falseou as contas públicas, falseou também, em sua defesa no Senado, a história da natureza do processo em que figura como acusada. (FERREIRA, 2016)

Nesse trecho do texto analisado, podemos trazer novamente o significado da palavra “golpe”, segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015), porém na linguagem figurada, como “Estratégia desleal para se obter vantagens”. O golpe de 1964 pôs fim no regime democrático no Brasil até 1985.

Quando o presidente João Goulart anunciou que iria colocar em prática as Reformas de Base, com objetivo de reduzir a concentração da renda e da terra no país, milhares de pessoas saíram às ruas para defendê-las e aprofundá-las. Contudo, apesar do forte apoio popular às mudanças anunciadas, os setores da sociedade ligados ao pensamento conservador protestaram contra o governo, considerado por eles uma porta de entrada para o comunismo no Brasil. Isso animou os golpistas, que perceberam uma importante disposição de setores das classes médias para sustentar a derrubada do presidente por quaisquer meios. (INSTITUTO VLADIMIR HERZOG, [2014?])

Figura 23 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República
O golpe está apenas começando

31/08/2016 17h45

Compartilhar

O Senado Federal consumou nesta quarta (31) o golpe contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff: 61 votos senatoriais cassaram, numa eleição indireta, 54 milhões de votos populares. Mas isso é somente o prenúncio do que está por vir. O golpe, na verdade, está apenas começando.

Michel Temer, ainda como interino, já recebeu os primeiros avisos do mercado de que o prazo para apresentar "medidas consistentes" em defesa de seus interesses é o fim deste ano. A banca cobra a fatura. Afinal, quem mais poderia fazê-lo? Temer não foi eleito e, ao que tudo indica, não pretende disputar reeleição. Não precisa, pois, prestar contas a ninguém na sociedade, não ser aqueles que sustentaram a manobra que o levou do Jaburu ao Planalto.

Quanto ao parlamento, a questão se resolve com a distribuição de cargos, em grande medida já efetuada. Cunha é um caso à parte e é de se esperar uma atuação decidida de Temer para abrandar sua pena e evitar a prisão. A grande fatura é mesmo devida à elite empresarial e financeira, que deu inequívoco suporte ao impeachment, e exige em troca um pacote de reformas regressivas, um verdadeiro golpe aos direitos sociais e trabalhistas.



Michel Temer (PMDB-SP) toma posse definitivamente na presidência da República

As medidas antipopulares estão organizadas em três grandes frentes.

Primeiro, um golpe contra a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Eliseu Padilha já deu a senha de como será, aliás ao melhor estilo peemedebista. Para destruir a CLT não é preciso revogá-la, basta torná-la sem efeito.

É o que se pretende apoiando a aprovação de alguns projetos que já tramitam no Congresso Nacional: o PLC 30, que autoriza a universalização dos contratos precários ao permitir a terceirização das atividades-fim; o PL 4193, que autoriza a prevalência do negociado sobre o legislado; e o PL 427, que institui a negociação individual entre empregado e empregador, fragilizando a negociação coletiva.

Ora, a aprovação desses projetos representa o velório dos direitos trabalhistas no Brasil, porque mesmo com a CLT em vigência, ela deixa de ser obrigatória para as relações de trabalho, perdendo na prática qualquer efetividade. Neste ponto é importante ressaltar que nem a ditadura militar, ao longo de seus vinte anos sombrios, ousou destruir a CLT. Temer pretende fazê-lo em dois anos.

Segundo, um golpe contra a previdência social. A reforma que querem aprovar ainda em 2016 é de uma perversidade que faz lembrar o ex-ministro das finanças japonês, Taro Aso, que chocou o mundo ao dizer que os idosos deveriam "se apressar e morrer" para poupar gastos públicos com saúde e previdência.

As principais medidas são o estabelecimento de uma idade mínima de 65 anos, voltada contra os trabalhadores mais pobres e vulneráveis, já que são eles que começam a trabalhar mais cedo; a equiparação de idade entre homens e mulheres, ignorando a dupla jornada doméstica feminina, ainda regra no país; o fim do regime especial de aposentadoria rural; e a desvinculação dos reajustes do salário mínimo com a aposentadoria, arrochando ainda mais o ganho dos aposentados.

É desolador, mas não para por aí.

O terceiro grande golpe é contra a Constituição de 1988 e sua rede de proteção social. A PEC 241 pretende congelar o investimento público por vinte anos, atingindo especialmente os gastos com educação, saúde e programas sociais, além de atacar os servidores. Na prática, trata-se de constitucionalizar a política de austeridade, tornando-a obrigatória a qualquer governo, visando com isso ampliar superávits para o pagamento de juros da dívida pública.

Em prejuízo, é claro, dos serviços públicos. O SUS e a educação pública serão as grandes vítimas da PEC. Se o financiamento atual já é insuficiente, seu congelamento durante duas décadas tende a produzir um verdadeiro colapso. Junto a isso, os programas sociais tendem a ser sistematicamente reduzidos e levados à inanição.

A parceria de Temer com o atual Congresso representa uma "desconstituente". Utilizarão a maioria de dois terços para revogar o que há de progressivo na Constituição de 88, produzindo um retrocesso que poderá afetar algumas gerações. Afinal, será preciso uma inédita maioria de dois terços ou a convocação uma nova Assembleia Constituinte para que os setores populares e de esquerda revertam estes ataques.

Por tudo isso, o dia de hoje não marca a conclusão de um golpe, mas seu início. O golpe contra a soberania do voto popular anuncia o golpe mais duro da história recente contra a maioria do povo brasileiro. Esta agenda não foi eleita e jamais o seria. Só pode ser aplicada com um cerceamento da democracia, pela anulação do voto popular.

Seria, contudo, acreditar em conto de fadas supor que um golpe desta dimensão passará sem resistência popular. A maioria do povo não foi às ruas até aqui — nem de um lado nem de outro — por acreditar que não era com eles. A massa viu o impeachment como uma briga entre os políticos. Quando começou a perceber o que de fato está em jogo, o cenário será outro. É difícil prever quando e como, mas da mesma forma que o golpe está apenas começando, a resistência também está. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

O texto de Guilherme Boulos (2016) já expõe o seu posicionamento em relação ao processo do *impeachment* de Dilma logo no título. Para o autor, o golpe está apenas começando.

Recorrendo novamente ao significado da palavra “golpe”, nesse texto percebemos que o que mais se encaixa é o de “Movimento brusco e violento, de ataque ou defesa, que atinge uma pessoa”, ainda segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015).

Boulos vê em Dilma a democracia, já que a presidente ganhou as eleições democraticamente, com mais de 54 milhões de votos populares, e acabou perdendo seu cargo por conta 61 votos senatoriais. Desta forma, é possível identificar uma das representações sociais de Dilma: a democracia é personificada na figura da presidente.

Figura 24 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 9

Joaquim Barbosa compara Temer a 'velhos caudilhos' e chama presidente de 'coitado'



O ex-presidente do STF Joaquim Barbosa em evento em SP

31/08/2016 @ 19h33

Compartilhar Ouvir o texto Mais opções

O ex-presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, afirmou em sua [conta no Twitter](#) que não acompanhou “nada desse patético espetáculo que foi o ‘impeachment tabajara’ de Dilma Rousseff. Não quis perder tempo”.

Crítico do processo de afastamento da ex-presidente, ele fez comentários contundentes também sobre o presidente Michel Temer, que hoje assumiu o cargo de forma definitiva. Disse que a primeira entrevista dele foi “mais patética ainda” do que o impeachment.

“Explico”, disse. “O homem parece acreditar piamente que terá o respeito e a estima dos brasileiros pelo fato de agora ser presidente. Engana-se.”

E depois fez críticas em inglês e em francês.

Em inglês, disse: “É tão vergonhoso. De repente as forças políticas mais conservadoras se apossaram do Brasil”. “They took it all! [Eles tomaram tudo]”, exclamou. “Eles dominam o Congresso. Eles cercam o novo presidente (um político que pode ser comparado com os velhos caudilhos latino-americanos. kkkkk).”

Afirma ainda que os conservadores dirigem a mídia, inclusive as TVs. Em francês, chegou a chamar Temer de “coitado”. ★ ★ ★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

Mônica Bergamo traz em seu texto informações e reflexões acerca de um comentário feito pelo ex-presidente do STF, Joaquim Barbosa, em sua conta pessoal no Twitter. Seu comentário se refere ao processo de *impeachment* como um espetáculo patético. O texto faz referência também ao novo presidente, Michel Temer, como uma figura patética.

Segundo o dicionário *on-line* Michaelis (2015), o significado de “patético” é “que ou o que causa constrangimento ou aversão por ser exageradamente emocional”.

Figura 25 - Editorial do dia em que Dilma perde o cargo de Presidente da República 10

Filha de Cardozo "desabafa" depois de "comentário nojento" na internet



Mayra Cardozo, filha do ex-ministro José Eduardo Cardozo

31/08/2016 @ 20h10

[f](#) [Compartilhar](#) [t](#) [in](#) [e](#) [0](#) [OUVIR O TEXTO](#) [Mais opções](#)

Num desabafo publicado em sua página no Facebook, Mayra Cardozo, filha do ex-ministro da Justiça e advogado de Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, ataca o impeachment da presidente, diz que já foi "muito julgada por ser filha do meu pai" e faz uma revelação: votará em Luiza Erundina nas eleições municipais.

Afirmado estar "cansada de ouvir amigos dizendo 'a Mayra nunca se posiciona!'", ela conta que escreveu o texto depois de acordar "com um comentário idiota e nojento no meu Face insinuando que eu ganharia vantagem por pensar da forma que penso. E, sinceramente, mesmo vindo de uma pessoa insignificante, eu me ofendi, porque eu me importo com a opinião dos outros".

Mayra começa dizendo que não é "Zé Eduardo" e revela suas posições: "Eu, Mayra, sou a favor do aborto, tenho um viés de esquerda, votei na Dilma, no Lula, no Haddad e vou votar na Erundina. Sou contra a pena de morte, quero ser advogada criminalista e acredito no ser humano".

Dizendo lutar pela democracia, ela afirma estar "indignada", já que é "contra o golpe".

"Ninguém deve ser punido sem crime", afirma.

"O resultado de hoje foi um GOLPE daqueles que não souberam ouvir o que foi dito nas urnas, foi um retrato da sociedade egoísta. Foi um golpe daquela minoria que não soube OUVIR a opinião de 54 milhões de pessoas. Eu, Mayra, eleitora de Dilma, estou indignada porque uma minoria jogou o meu voto no lixo."

No fim do texto, alternando letras maiúsculas e minúsculas, ela reclama de pessoas próximas.

"Eu MAYRA me indigno porque a minha opinião, que é constantemente desrespeitada pelos meus amigos e conhecidos, agora foi desrespeitada por um Estado que se diz DEMOCRÁTICO e de DIREITO". ★★

Fonte: Folha de S. Paulo, 2016

No último texto publicado no dia 31 de agosto de 2016, Mônica Bergamo traz um desabafo da filha de José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça e advogado de Dilma Rousseff no processo de *impeachment*.

Ao longo do texto jornalístico, Mônica traz trechos de um texto publicado por Mayra Cardozo em sua página pessoal do Facebook. No texto, a filha de Cardozo, ataca o impeachment da presidente e ainda se posiciona sobre as próximas eleições municipais.

Num desabafo publicado em sua página no Facebook, Mayra Cardozo, filha do ex-ministro da Justiça e advogado de Dilma Rousseff, José Eduardo Cardozo, ataca o impeachment da presidente, diz que já foi "muito julgada por ser filha do meu pai" e faz uma revelação: votará em Luiza Erundina nas eleições municipais. (BERGAMO, 2016)

Logo no título do texto, Filha de Cardozo “desabafa” depois de “comentário nojento” na internet, já podemos fazer uma observação: Mayra não tem seu nome citado no título, sendo representada como “filha de Cardozo” (BERGAMO, 2016), ou seja, ela tem automaticamente a sua imagem ligada à de seu pai, José Eduardo Cardozo. Esta representação pode ser relacionada com a teoria de ancoragem estudada por Moscovici (2017). Para o autor, selecionamos uma característica aleatória e rotulamos pessoas de acordo com os preconceitos existentes em nossos pensamentos. Jodelet (2001) também fala do conceito de ancoragem, quando transformamos uma ideia não familiar em um pensamento pré-existente, enraizando a representação e o seu objeto em uma rede de significações.

O uso da palavra “desabafa” também é um ponto importante dessa análise. Segundo definição do dicionário Michaelis (2015), desabafo é o mesmo que “ação ou efeito de desabafar; desabafamento; manifestação de sentimentos longamente contidos”. Através desse significado e do uso dessa palavra, o leitor do texto tende a interpretar os sentimentos de Mayra: seus sentimentos estavam contidos por um longo período. Outra palavra importante no texto é “cansada”. Também segundo o Dicionário Michaelis (2015), “cansado” significa “que se cansou; abatido, combalido, fatigado”.

Desta forma, pelo acompanhamento dos textos publicados no editorial da Folha de S. Paulo, e ainda de acordo com os textos analisados durante o dia do afastamento de Dilma Rousseff do cargo da presidência, podemos notar que existe uma relação importante entre a representação do governo do PT e seus simpatizantes. Todos apresentavam sinais de “esgotamento”. Assim, concluímos que o conceito de ancoragem e objetivação se complementam. Aqui, o primeiro rotula com o nome ou uma ideia e o segundo tira essa ideia da memória e a torna realidade para os indivíduos.

Neste compilado de textos, as diversas opiniões sobre o processo de *impeachment* dividem o editorial de Opinião da Folha de São Paulo, como podemos notar nestas publicações de Hélio Schwartsman (2016) , Guilherme Boulos (2016) e Aloysio Nunes Ferreira (2016):

Mas Dilma e os petistas estão certos ao chamar o *impeachment* de golpe? Eu diria que eles têm todo o direito de considerar o processo forçado, até o limite da farsa, mas me parece formalmente errado tachá-lo de golpe. É que, para fazê-lo, é preciso formar um juízo de valor sobre o mérito das acusações —o que é perfeitamente legítimo— e, simultaneamente, tirar do juiz natural a possibilidade de emitir um veredicto diferente deste —o que já não funciona tão bem. (SCHWARTSMAN, 2016)

[...] o dia de hoje não marca a conclusão de um golpe, mas seu início. O golpe contra a soberania do voto popular anuncia o golpe mais duro da história recente contra a maioria do povo brasileiro. Esta agenda não foi eleita e jamais o seria. Só pode ser aplicada com um cerceamento da democracia, pela anulação do voto popular. (BOULOS, 2016)

Golpe? Sob supervisão do STF? Como poderia ser, se Dilma tentou mobilizar a opinião pública, a partir do Palácio do Alvorada, com apoio de aliados, e, no Congresso, contou com o patrocínio de seu brilhante advogado, José Eduardo Cardozo, cujo trabalho é custeado pelo orçamento público, como manda a lei? Dilma sabe que ao STF compete, em última instância, a guarda da Constituição. Sabe também que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica. O Judiciário pode ser acionado não só para reparar mas também para prevenir lesão de direito. (FERREIRA, 2016)

Todos os argumentos vindos da esquerda eram tachados como “argumentos dilmistas”. O neologismo foi citado em 3 dos 129 textos jornalísticos analisados. Em sua maioria, o processo é descrito como “forçado” e como uma “briga entre os políticos”.

Os conceitos de ancoragem e objetivação se aplicam a este episódio. Os dois conceitos são responsáveis por transformar algo não familiar em familiar, dando nome ou classificando sujeitos ou ideias. Moscovici (2012) e Chamon (2006) referiam-se à ancoragem como uma categorização de conceitos que são estabelecidos socialmente. Portanto, destacar o termo “dilmistas” é tão essencial para compreendermos que a representação social de Dilma agora se torna uma ideia comum entre a esquerda brasileira, afastando da designação de apenas uma figura pública.

4.6 Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff

Nesta parte da análise estão os textos jornalísticos publicados entre os dias 19 de junho de 2019 e 9 de fevereiro de 2020, respectivamente a data de lançamento do documentário

Democracia em Vertigem no Brasil pela plataforma de *streaming* Netflix e o dia da cerimônia do Oscar 2020.

Notamos que em nenhum dos títulos o nome de Dilma foi citado, sendo que em um dos textos que aparecem como resultado da barra de pesquisas do *site* do jornal Folha de S. Paulo não tem relação com a análise do caso deste trabalho: Apenas 21,8% dos municípios brasileiros possuem mamógrafo disponível.

Figura 26 - Editorial relacionado com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 1

Uma viagem com Moro e Petra Costa

O ministro da Justiça não cabe no papel do juiz exibido em documentário



No mesmo dia (19/6) em que o ministro Sergio Moro [atravessava sua maratona de nove horas no Senado](#), estreava na Netflix o filme “[Democracia em Vertigem](#)”, de Petra Costa.

A cineasta de 35 anos acompanhou as multidões que foram para a rua a partir de 2013, o [impedimento](#) de Dilma Rousseff em 2016, a [prisão de Lula](#) em abril de 2018 e a eleição de Jair Bolsonaro em outubro.

1/7 Democracia em vertigem



Lula saúda Dilma Rousseff durante posse da presidente em 2011, com o vice Michel Temer à esquerda, em cena do documentário “Democracia em Vertigem”, dirigido por Petra Costa. As filmagens começaram em 2016, motivadas pelas manifestações de rua pró-impeachment de Dilma Orlando Brito/Divulgação

Filmou o ex-presidente arrumando a mala a caminho da carceragem de Curitiba e a cena em que mediram sua pressão arterial (146x90).

Ao longo de todo o filme, o juiz Sergio Moro e a [Operação Lava Jato](#) aparecem como o que foram, um instrumento eficaz de combate à corrupção. No dia de sua estreia, outro Moro, ministro de Bolsonaro, respondia aos senadores que o acusavam de ajelitar a bola com a mão em conversas impróprias com o Ministério Público.

Entre o que aconteceu e o que está acontecendo, fechou-se um círculo. Ou quase, porque Petra Costa expõe momentos de corrupção explícita que foram varridos para baixo do tapete da política nacional depois do impedimento de Dilma. Além disso, não se sabe onde está o [Queiroz](#).

Há no filme, narrado por Petra, um tom de lamento da vertigem em que entrou o processo político nacional. A proximidade da câmera com o comissariado petista mostra sua onipotência, a autossuficiência doutoral de Dilma Rousseff e o messianismo de Lula.

Numa cena do comício que antecedeu sua ida para a prisão, do alto de um caminhão, [ele disse](#): “Os poderosos podem matar uma, duas, ou cem rosas, mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera”. Talvez ele acreditasse que elegeria um novo poste.

Da eleição, com 57,8 milhões de votos, [resultou Jair Bolsonaro](#), o capitão primaveril daqueles que aplaudiam a condenação de Lula.

Tinha razão Nelson Cavaquinho: “Tira o seu sorriso do caminho (...) / Eu na sua vida já fui uma flor / Hoje sou espinho em seu amor”.

Depondo no Senado, Sergio Moro evitou discutir o [conteúdo de suas conversas](#) com o procurador Deltan Dallagnol, fortificando-se na denúncia da forma ilegal como elas foram coletadas pelo site The Intercept Brasil. Esse novo personagem não cabe no roteiro da vertigem mostrada por Petra Costa. Faz parte de outra história, na qual flores e espinhos crescem juntos.

Petra Costa é cineasta, e Moro era juiz. O documentário tem um explícito viés simpático a Lula, mas não se deve cobrar imparcialidade a uma cineasta. Imparcial seria o juiz Moro. Era?

Fonte: Folha de S. Paulo, 2019

O texto de Elio Gaspari publicado no dia 23 de junho de 2019, o primeiro editorial a falar sobre Democracia em Vertigem, é um convite para uma viagem com Moro e Petra Costa, não citando o nome da ex-presidente Dilma Rousseff.

Moro, que agora era Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro, devia explicações ao povo, tendo que responder aos senadores se interferiu no processo de *impeachment* ou na Operação Lava Jato de maneira tendenciosa. Depondo no Senado, Sergio Moro evitou discutir o conteúdo de suas conversas com o procurador Deltan Dallagnol, fortificando-se na denúncia da forma ilegal como elas foram coletadas pelo site The Intercept Brasil. Esse novo personagem não cabe no roteiro da vertigem mostrada por Petra Costa. Faz parte de outra história, na qual flores e espinhos crescem juntos. (GASPARI, 2019)

O texto jornalístico ainda faz uma referência às representações sociais de Moro. De acordo com o documentário e segundo as palavras de Gaspari (2019), a figura de Moro na época do *impeachment* de Dilma era a que ele seria um instrumento eficaz de combate à corrupção. Mas essa representação não perdurou por muito tempo, já que no mesmo dia em que aconteceu a estreia do documentário na Netflix, dia 19 de junho de 2019, Moro enfrentava uma maratona de nove horas de explicações para o Senado.

A forma como Moro foi representado no texto faz com que a sociedade fabrique um estereótipo, assim como era defendido por Moscovici (2012). No primeiro caso, Moro era tido como a única salvação no combate à corrupção no Brasil. Já na outra representação, “Moro, que agora era Ministro da Justiça do Governo Bolsonaro, devia explicações ao povo, tendo que responder aos senadores se interferiu no processo de impeachment ou na Operação Lava Jato de maneira tendenciosa” (GASPARI, 2019). O que nos é dado como realidade é o estereótipo de alguém que devia explicações ao povo, por acusação de corrupção de valores. Assim, confirmamos a teoria de Moscovici (2012):

Quando tudo é dito e feito, as representações que nós fabricamos - de uma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc - são sempre o resultado de um esforço constante de tornar real algo que é incomum (não familiar), ou que nos dá um sentimento de não familiaridade. Através delas, superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (MOSCOVICI, 2012, p.58).

Figura 27 - Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 2

'Democracia em Vertigem' deveria estar na categoria ficção, diz Alvim

Secretário Especial de Cultura ironiza indicação de documentário ao Oscar



Victoria Azevedo

O secretário Especial de Cultura do governo Federal, [Roberto Alvim](#), ironizou a [indicação de "Democracia em Vertigem"](#) na categoria de melhor documentário longa-metragem do Oscar. "Se fosse na categoria ficção, estaria correta a indicação", afirmou Alvim à coluna nesta segunda (13).



O secretário especial de Cultura, Roberto Alvim - Bruno Santos/Folhapress

[Dirigida pela cineasta mineira Petra Costa, a produção da Netflix acompanha o impeachment de Dilma Rousseff.](#) "Isso só mostra como a guerra cultural está sendo travada não só aqui, mas em âmbito internacional", afirmou Alvim.

Estão no documentário brasileiro imagens de impacto dos protestos de junho de 2013; do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016; da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018; e da vitória de Jair Bolsonaro na disputa para o Palácio do Planalto, também em 2018.

Fonte: Folha de S. Paulo, 2020

Mônica Bergamo traz, em seu texto, uma fala de Roberto Alvim, Secretário Especial da Cultura do Governo Federal durante o Governo Bolsonaro. Para o secretário, o documentário Democracia em Vertigem deveria estar na categoria de ficção, já que, segundo ele “isso só mostra como a guerra cultural está sendo travada não só aqui, mas em âmbito internacional” (BERGAMO, 2020). O texto em análise foi publicado no dia 13 de janeiro de 2020, dia em que o Oscar 2020 anunciou os indicados.

O secretário Especial de Cultura do governo Federal, Roberto Alvim, ironizou a indicação de "Democracia em Vertigem" na categoria de melhor documentário longa-metragem do Oscar. "Se fosse na categoria ficção, estaria correta a indicação", afirmou Alvim. (BERGAMO, 2020)

O texto de Mônica Bergamo faz apenas uma citação sobre Dilma Rousseff, a fim de descrever o conteúdo do documentário brasileiro, como podemos ver no trecho a seguir:

Estão no documentário brasileiro imagens de impacto dos protestos de junho de 2013; do impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016; da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018; e da vitória de Jair Bolsonaro na disputa para o Palácio do Planalto, também em 2018. (BERGAMO, 2020)

Figura 28 - Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 3

Um Oscar para Eduardo Cunha

Subestimado em 'Democracia em Vertigem', ele merecia salvo-conduto para ir a Los Angeles.



Habita Bangu 8 a nossa grande aposta para, enfim, faturar um [Oscar](#). Personagem algo lateral em "Democracia em Vertigem" —concorrente a melhor documentário longa-metragem—, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB) está a merecer o devido crédito.

Com total domínio de cena, ele não só deu aval ao pedido de impeachment de Dilma Rousseff, como pode parecer ao gringo que assista ao documentário, mas conduziu de forma obsessiva todos os preparativos que culminaram na autorização da abertura do processo, em 17 de abril de 2016. Sim, a célebre sessão em que o até então inexpressivo Jair Bolsonaro exaltou um torturador e em que Cunha clamou aos céus por misericórdia à nação.

Daí em diante, não havia como retroceder. Foi jogo jogado. Dilma foi destituída, e Deus não teve misericórdia de ninguém, muito menos de Cunha, que foi parar na prisão, onde está há há mais de três anos.

1 / 8 Eduardo Cunha é preso em Brasília



Acompanhado por agentes, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) chega ao IML de Curitiba. Guilherme Pupo - 20 out. 2016/Folhapress

[Leia Mais](#)

Além do imerecido papel dado ao ex-deputado, o documentário também tem ingenuidades e alguns delírios esquerdistas, como o de sempre culpar a imprensa pelos males do mundo —quando convém, claro. Ao usar a gravação em que Romero Jucá fala em "estancar a sangria" provocada pela Lava Jato, por exemplo, a diretora [Petra Costa](#) narra ter sido "vazado um áudio" que lançou "luz" sobre o que ocorria nas sombras da República. Esqueceu-se apenas de dizer que o áudio foi revelado, olhe só, pela maldita imprensa golpista —no caso, em reportagem de Rubens Valente, nesta [Folha](#).

Apesar disso, "Democracia em Vertigem" tem muita qualidade técnica, registros históricos de bastidor e, talvez o maior mérito, foge da comum armadilha de forjar equilíbrio onde há tudo, menos equilíbrio. A vida não é assim. O filme tem lado, e pode ser o mais condizente com a história toda. Seja como for, a Cunha deveria ser dado um salvo-conduto para ir a Los Angeles, onde poderia repetir as súplicas por misericórdia, agora em prol do mundo. Quem sabe Deus ouvisse dessa vez.

Ranier Bragon

Repórter especial em Brasília, está na Folha desde 1998. Foi correspondente em Belo Horizonte e São Luis e editor-adjunto de Poder.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020

No texto jornalístico publicado no dia 14 de janeiro de 2020, Ranier Bragon escolhe dizer em seu título que Eduardo Cunha foi subestimado no documentário *Democracia em Vertigem*.

Habita Bangu 8 a nossa grande aposta para, enfim, faturar um Oscar. Personagem algo lateral em "Democracia em Vertigem" —concorrente a melhor documentário longa-metragem—, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB) está a merecer o devido crédito. (BRAGON, 2020)

Ranier (2020) afirma que Cunha foi o grande protagonista não só o documentário, mas também do processo do *impeachment*, como podemos notar no seguinte trecho:

Com total domínio de cena, ele não só deu aval ao pedido de impeachment de Dilma Rousseff, como pode parecer ao gringo que assista ao documentário, mas conduziu de forma obsessiva todos os preparativos que culminaram na autorização da abertura do processo, em 17 de abril de 2016. Sim, a célebre sessão em que o até então inexpressivo Jair Bolsonaro exaltou um torturador e em que Cunha clamou aos céus por misericórdia à nação. (BRAGON, 2020)

Ao se referir a um dos momentos que marcaram o processo de *impeachment* de Dilma, a votação na Câmara, Bragon (2020) fala que a sessão foi “célebre”. Segundo dicionário *on-line* Michaelis, a palavra “célebre” significa “que é muito conhecido; famoso, lendário, notável; que não é comum; exótico, extravagante, singular”. Desta forma, podemos relacionar a forma com que a votação foi descrita com o conceito de espetáculo de Debord (1967).

O conceito de espetáculo, criado por Debord (1967), diz que é preciso cativar o público para mantê-lo atento aos acontecimentos. Assim, podemos perceber que a narrativa do texto tenta atrair o público com o uso de palavras que se referem ao show “singular” que foi a sessão. No texto jornalístico publicado no dia 14 de janeiro de 2020, apresentado a seguir, Mônica Bergamo traz a fala de Temer e Janaina Paschoal (coautora do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff), a respeito da indicação do filme do documentário *Democracia em Vertigem* ao Oscar: “Não vi, portanto não posso opinar”(BERGAMO, 2020). O texto é sucinto e traz a diferença entre o discurso do ex-presidente Temer e da deputada Janaina Paschoal em relação ao Partido dos Trabalhadores. A forma em que os envolvidos receberam a notícia da indicação do documentário para o Oscar foi totalmente diferente. De um lado, euforia; do outro, indiferença.

Segundo o dicionário Michaelis (2015), a palavra “eufórico” significa na Medicina e na Psicologia, aqui que é “relativo à euforia” e, por extensão, “que está alegre e excitado;

entusiasmado”. Dessa maneira, a interpretação do texto nos leva a entender que o documentário seria algo benéfico para o PT. Contando, de certa forma, apenas um lado da história.

Figura 29 - Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 4

Não vi, não vou opinar, dizem Temer e Janaina sobre indicação de filme ao Oscar

PT avalia possibilidade de mandar alguém para a entrega do prêmio



O ex-presidente Michel Temer e a deputada Janaina Paschoal, coautora do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, responderam da mesma forma sobre a indicação do documentário “Democracia em Vertigem” ao Oscar: “Não vi, portanto não posso opinar”.

TAPETE VERMELHO

Já o PT reagiu eufórico, e discute se mandará alguém para a [cerimônia do Oscar](#). “É uma alegria muito grande pelo reconhecimento ao talento e à coragem da Petra”, diz Gilberto Carvalho, braço direito de Lula.

Leia a coluna completa [aqui](#).

1 / 7 Democracia em vertigem



Lula saúda Dilma Rousseff durante posse da presidente em 2011, com o vice Michel Temer à esquerda, em cena do documentário “Democracia em Vertigem”, dirigido por Petra Costa. As filmagens começaram em 2016, motivadas pelas manifestações de rua pró-impeachment de Dilma Orlando Brito/Divulgação

Mônica Bergamo
Jornalista e colunista.

Fonte: Folha de S. Paulo, 2020

Figura 30 - Editorial relacionada com Democracia em Vertigem e as representações de Dilma Rousseff 5

Apenas 21,8% dos municípios brasileiros possuem mamógrafo disponível

Sudeste concentra quase metade dos equipamentos do país



Dados da Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica (Abramed) mostram que apenas 21,8% dos 5.570 municípios possuem ao menos um equipamento de mamografia disponível para a população —tanto na esfera pública quanto na privada.



Paciente faz exame para rastreamento de câncer de mama em unidade móvel do Hospital da Mulher da Bahia - Gustavo Urpia - 21.dez.2017/Secom/Divulgação

DESIGUAL

O Sudeste concentra 47,44% dos mamógrafos do país. Em seguida estão Nordeste, com 22,2%, e Sul, com 15,7%. Centro-Oeste e Norte apresentam as menores taxas —8,5% e 6%, respectivamente. Os dados são de 2018.

ALERTA

“Os dados indicam que muitas mulheres não terão acesso ao diagnóstico precoce, o que lhes daria a melhor chance de um tratamento”, afirma Wilson Shcolnik, presidente da Abramed.

EFEITO GLÓRIA PIRES

O ex-presidente Michel Temer e a deputada Janaina Paschoal, coautora do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, responderam da mesma forma sobre a indicação do documentário “Democracia em Vertigem” ao Oscar: “Não vi, portanto não posso opinar”.

TAPETE VERMELHO

Já o PT reagiu eufórico, e discute se mandará alguém para a cerimônia do Oscar. “É uma alegria muito grande pelo reconhecimento ao talento e à coragem da Petra”, diz Gilberto Carvalho, braço direito de Lula.

Fonte: Folha de S. Paulo, 2020

No texto jornalístico acima, o nome de Dilma Rousseff aparece em uma nota, relacionado com o de Michel Temer e da deputada Janaina Paschoal. A nota com o título Efeito Glória Pires diz que, quando questionados sobre a indicação do documentário Democracia em Vertigem ao Oscar, responderam da seguinte forma: “Não vi, portanto não posso opinar” (BERGAMO, 2020).

Ainda sobre o documentário *Democracia em Vertigem*, na nota Tapete Vermelho aparece a fala de Gilberto Carvalho, intitulado como braço direito de Lula: “É uma alegria muito grande pelo reconhecimento ao talento e à coragem da Petra” (GILBERTO CARVALHO, 2020). Ainda sobre a nota, a reação do PT foi contrária à de Temer e Janaína Paschoal: “Já o PT reagiu eufórico, e discute se mandará alguém para a cerimônia do Oscar” (BERGAMO, 2020).

Segundo definição do dicionário *on-line* Michaelis (2015), a palavra “eufórico” significa, na Medicina e na Psicologia, aquilo que é “relativo à euforia” e, por extensão, “que está alegre e excitado; entusiasmado”.

Figura 31- Editorial relacionada com *Democracia em Vertigem* e as representações de Dilma Rousseff 6

Chico Buarque diz que país é governado por 'loucos'

Cantor fez afirmação em vídeo enviado à cineasta Petra Costa, diretora do filme 'Democracia em Vertigem'



O escritor, cantor e compositor Chico Buarque afirmou nesta quinta (30) que o Brasil é atualmente governado por “loucos”.

Ele fez a afirmação em um vídeo enviado à cineasta Petra Costa, diretora do filme 'Democracia em Vertigem', dirigido por ela e que foi indicado ao Oscar.



O cantor Chico Buarque em visita ao ex-presidente Lula, então preso em Curitiba - Rodolfo Bührer - 19 set. 2019 / Reuters

Na fala, Chico afirma que a cineasta “soube captar, no calor da hora”, os bastidores do processo de [impeachment de Dilma Rousseff](#).

As cenas do filme, diz ele, mostram como os que tramaram pela queda da então presidente davam a impressão de que “estavam brincando com a democracia”.

“Não souberam esperar mais quatro anos, quando talvez pudessem implantar um governo liberal, conservador”, afirma o artista. “E o resultado está aí. Temos hoje um país governado por loucos.”

Veja o vídeo e leia a íntegra da fala:



“O filme *democracia em vertigem*, para além de seus méritos cinematográficos, que são muitos, tem um grande valor histórico. A diretora Petra Costa soube captar no calor da hora, com sensibilidade, os bastidores da cena política, principalmente a partir de 2014, quando os derrotados não aceitaram o resultado das urnas e passaram a tramocar, com o apoio de grande parte da classe política, da grande mídia, e com pelo menos a complacência da Justiça, começaram a tramocar contra o governo de Dilma Rousseff. Não souberam esperar mais quatro anos, quando talvez pudessem implantar um governo liberal, conservador. Tudo bem. Mas o que a gente vê ali, assistindo às cenas hoje, dá a impressão de que estavam brincando com a democracia. E o resultado está aí. Temos hoje um país governado por loucos. Obrigada, Petra Costa. Parabéns pelo seu filme e boa sorte.”

Mônica Bergamo
jornalista e colunista



Fonte: Folha de S. Paulo, 2020

No último texto publicado no período de 19 de junho de 2019 a 9 de fevereiro de 2020, Mônica Bergamo traz em seu texto jornalístico um depoimento do cantor Chico Buarque a respeito do documentário *Democracia em Vertigem*. “O escritor, cantor e compositor Chico Buarque afirmou nesta quinta (30) que o Brasil é atualmente governado por ‘loucos’” (BERGAMO, 2020).

Ao longo do texto, Mônica cita trechos importantes da fala do cantor que, na visão dela, se refere aos bastidores do *impeachment* de Dilma Rousseff: “Na fala, Chico afirma que a cineasta ‘soube captar, no calor da hora’, os bastidores do processo de impeachment de Dilma Rousseff” (BERGAMO, 2020).

Mônica traz também a fala do cantor Chico Buarque na íntegra:

O filme *Democracia em Vertigem*, para além de seus méritos cinematográficos, que são muitos, tem um grande valor histórico. A diretora Petra Costa soube captar no calor da hora, com sensibilidade, os bastidores da cena política, principalmente a partir de 2014, quando os derrotados não aceitaram o resultado das urnas e passaram a tramar, com o apoio de grande parte da classe política, da grande mídia, e com pelo menos a complacência da Justiça, começaram a tramar contra o governo de Dilma Rousseff. Não souberam esperar mais quatro anos, quando talvez pudessem implantar um governo liberal, conservador. Tudo bem. Mas o que a gente vê ali, assistindo as cenas hoje, dá a impressão de que estavam brincando com a democracia. E o resultado está aí. Temos hoje um país governado por loucos. Obrigada, Petra Costa. Parabéns pelo seu filme e boa sorte. (BERGAMO, 2020)

Nas análises dos textos, em primeiro plano, aparecem os acusadores de Dilma, como Eduardo Cunha, Temer e Janaína Paschoal. Seu nome aparece citado para contextualizar os acontecimentos que são mostrados no documentário.

Em uma das matérias, Alvim, o então Secretário Especial da Cultura no Governo Bolsonaro, ironiza o documentário quando questionado. Em sua fala, o secretário diz que *Democracia em Vertigem* deveria estar na categoria ficção. Também podemos perceber a ironia no texto *Um Oscar para Eduardo Cunha*, no qual Ranier Bragon (2019) cita que partes do documentário são “alguns delírios esquerdistas”, ao mencionar trechos que fazem crítica ao papel da mídia brasileira no processo comunicacional.

Nesta análise, podemos aplicar algumas das teorias de representações sociais de Moscovici (2012) e de Jodelet (2001) no que diz respeito ao pensamento coletivo. As TRS se fundam na forma com que os indivíduos classificam pessoas e objetos, auxiliando na compreensão e no modo de agir. Por isso são tão importantes para a vida cotidiana.

A mídia foi fundamental para pautar os assuntos relacionados ao *impeachment* de Dilma Rousseff, tendo em vista o que foi narrado no documentário. Moscovi (2012) comprova isso quando fala que os meios de comunicação são responsáveis por construir estereótipos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, com base em diferentes autores, foram realizados estudos sobre representações sociais, comunicação, relações públicas, política e espetáculo. Foi possível identificar a importância dos conceitos diante do trabalho realizado pelo Jornal Folha de São Paulo durante a cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff. Foi percebido que o processo dividiu opiniões, mas o que predominou no editorial de Opinião foi a briga entre partidos políticos.

A construção de sentido, iluminada através dos conceitos de Moscovici (2012) e Jodelet (2001) no campo das representações sociais; e no campo de espetáculo criado por Debord (1997), feita pela Folha de São Paulo, *corpus* deste trabalho, é responsável por nos encaminhar para a conclusão de rivalidade entre partidos e briga por poder.

Os ruídos entre candidatos e partidos, vistos no decorrer desta análise, demonstram a individualidade das pessoas envolvidas no processo. No primeiro momento, Eduardo Cunha chantageia Dilma e o PT com o intuito de se manter presidente da Câmara. Em seguida, a falta de apoio de seus próprios colegas de partido, que se dividiu entre o que foi tachado de “golpe”, enfrentado por Dilma, e entre a ex-presidente e seu vice.

Percebe-se que a maneira em que os acontecimentos foram dispostos, o espetáculo presente no processo se deu pelo uso das emoções. As expressões dos envolvidos, tal como numa peça de teatro, serviu para capturar a atenção do espectador, iluminado a partir de Kellner (2001). O choro e a apelação por Deus marcaram as falas da maioria das pessoas que passaram pela tribuna do Congresso.

Assim, compreende-se que as representações de Dilma, desde o início do processo de *impeachment*, foram massivamente as de uma pessoa de imagem “esgotada” e suscetível em relação ao que estava acontecendo, apesar de ter sido sempre citada com um discurso de resiliência.

Podemos concluir também que os textos jornalísticos após o período do *impeachment*, e que envolvem o *Democracia em Vertigem*, tiraram o foco da ex presidente. Reforçando a ideia de que a mídia informa, na maioria das vezes, assuntos que chamam atenção total do leitor.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. *In*: JODELET, Denise. (org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44

ACEITAÇÃO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/aceitacao>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ADMISSÃO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/admissao>. Acesso em: 28 nov. 2020.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**: A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

AMORIM, Felipe. **“Há vários elementos de machismo e misoginia no impeachment”, diz Dilma**. UOL, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/29/ha-varios-elementos-de-machismo-e-misoginia-no-impeachment-diz-dilma.htm>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BENITES, Afonso. **Dilma vai à ONU dizer que é vítima de golpe, e é criticada por ministros do Supremo**. El País, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/20/politica/1461184678_726086.html. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **PT deve pedir ao STF afastamento de Cunha por chantagem e abuso no cargo**. Folha de S. Paulo, 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2015/12/1714283-pt-deve-pedir-ao-stf-afastamento-de-cunha-por-chantagem-e-abuso-no-cargo.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Temer estuda citar Dilma em discurso de posse**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/05/1770523-temer-estuda-citar-dilma-em-discurso-de-posse.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Diplomacia do Uruguai tenta marcar reunião de Tabaré Vázquez com Temer**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/08/1808632-diplomacia-do-uruguai-tenta-marcar-reuniao-de-tabare-vazquez-com-temer.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Sinais de diálogo do governo efetivo de Temer com o PT já provocam ruídos**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/08/1808628-sinais-de-dialogo-do-governo-efetivo-de-temer-com-o-pt-ja-provocam-ruídos.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Joaquim Barbosa compara Temer a 'velhos caudilhos' e chama presidente de 'coitado'**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/08/1809015-joaquim-barbosa->

compara-temer-a-velhos-caudilhos-e-chama-presidente-de-coitado.shtml. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Filha de Cardozo "desabafa" depois de "comentário nojento" na internet.** Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/08/1809025-filha-de-cardozo-desabafa-depois-de-comentario-nojento-na-internet.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **'Democracia em Vertigem' deveria estar na categoria ficção, diz Alvim.** Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/democracia-em-vertigem-deveria-estar-na-categoria-ficcao-diz-alvim.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Não vi, não vou opinar, dizem Temer e Janaina sobre indicação de filme ao Oscar.** Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/nao-vi-nao-vou-opinar-dizem-temer-e-janaina-sobre-indicacao-de-filme-ao-oscar.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Apenas 21,8% dos municípios brasileiros possuem mamógrafo disponível.** Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/apenas-218-dos-municipios-brasileiros-possuem-mamografo-disponivel.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BERGAMO, Mônica. **Chico Buarque diz que país é governado por 'loucos'.** Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/01/chico-buarque-diz-que-pais-e-governado-por-loucos.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BLUME, Bruno André. **Por que Collor sofreu impeachment?** Politize!, 2015. Disponível em: <https://www.politize.com.br/impeachment-collor-porque-sofreu/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BOBBIO, Norberto. Política. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 954-962.

BOULOS, Guilherme. **O golpe está apenas começando.** Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2016/08/1808926-o-golpe-esta- apenas-comecando.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BRAGON, Ranier. **Um Oscar para Eduardo Cunha.** Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ranier-bragon/2020/01/um-oscar-para-eduardo-cunha.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BUARQUE, Chico; GIL, Gilberto. **Cálice.** [S.l.]: Polygram/Philips, 1978. Disponível em: <https://youtu.be/98qV9x2H7ok>. Acesso em: 28 nov. 2020.

CAMPOS, Pedro Humberto. O dilema dos "herdeiros de Durkheim": classes, grupos ou instituições? *In*: CHAMON, Edna Maria; GUARESCHI, Pedrinho; CAMPOS, Pedro

Humberto (org.). **Textos e debates em representações sociais**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2014.

CANSADO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cansado>. Acesso em: 28 nov. 2020.

CANZIAN, Fernando. **Caia quem caia**. Folha de S. Paulo, 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2015/12/1714189-caia-quem-caia.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CARVALHO, Laura. **Ganhos marginais**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2016/05/1770329-ganhos-marginais.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CASTRO, Gardene Leão de. **Representações sociais de jovens de Goiânia**: a negociação de sentidos em relação aos discursos midiáticos a respeito de si. 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CÉLEBRE. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/celebre>. Acesso em: 28 nov. 2020.

CHANTAGEM. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/chantagem>. Acesso em: 28 nov. 2020.

COELHO, Marcelo. **Janaina rebate argumentos dilmistas, e Cardozo diz que acusação é pretexto**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2016/08/1808658-janaina-rebate-argumentos-dilmistas-e-cardozo-diz-que-acusacao-e-pretexto.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMOCRACIA em Vertigem. [Site do filme]. Disponível em: <https://democraciaemvertigem.com/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

DESABAFO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/desabafo>. Acesso em: 28 nov. 2020.

DIAS, Renato. **1964-2016 – Página infeliz da nossa história**: Golpe depõe Dilma Rousseff e anuncia um futuro a Temer. [S.l.]: RD Comunicações, 2016.

DOISE, Willem. Atitudes e representações sociais. *In*: JODELET, Denise. (org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 186-203.

DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. *In*: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 7-28.

EUFÓRICO. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/euforico>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FERREIRA, Aloysio Nunes. **A farsa do golpe**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/08/1808624-a-farsa-do-golpe.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

O FIM e o princípio. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/05/1770354-o-fim-e-o-principio.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FLAMENT, Claude. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, Denise. (org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

FRANCO, Bernardo. **Cenas de chantagem explícita**. Folha de S. Paulo, 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2015/12/1713758-cenas-de-chantagem-explicita.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FRANCO, Bernardo. **Cenas de um velório**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/05/1770425-cenas-de-um-velorio.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

FRANCO, Bernardo. **Céu sem santos**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardomellofranco/2016/08/1808674-ceu-sem-santos.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

GABLER, Neal. **Vida, o filme**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. GASPARI, Elio. **Uma viagem com Moro e Petra Costa**. Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2019/06/uma-viagem-com-moro-e-petra-costa.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

GOLPE. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/golpe>. Acesso em: 28 nov. 2020.

GOVERNO Dilma executa mais de R\$ 251 bilhões do PAC em 2015. Partido dos Trabalhadores, 2016. Disponível em: <https://pt.org.br/governo-dilma-executa-mais-de-r-251-bilhoes-do-pac-em-2015/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

GUARESCHI, Pedrinho. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

IMPEACHMENT. In: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/impeachment>. Acesso em: 28 nov. 2020.

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Notícias, 2016. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Origens do golpe**. Portal Memórias da Ditadura, [2014?]. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão *In*: JODELET, Denise. (org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOGO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/jogo>. Acesso em: 28 nov. 2020.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, Daniela. **Dilma dá sinais de esgotamento e petistas se preocupam com sua disposição para liderar defesa**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2016/05/1770492-dilma-da-sinais-de-esgotamento-e-petistas-se-preocupam-com-sua-disposicao-para-liderar-defesa.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

MATTOS, Hebe. **Os historiadores e a democracia**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/08/1808638-os-historiadores-e-a-democracia.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

MORAES, Dênis de (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

MOUILLAUD, Maurice. **O Jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PALCO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/palco>. Acesso em: 28 nov. 2020.

PATÉTICO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/patetico>. Acesso em: 28 nov. 2020.

PEDALADA. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pedalada>. Acesso em: 28 nov. 2020.

PEDALADA Fiscal. Senado Notícias, [2016?]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em: 9 nov. 2020

PEREIRA, Fábio Henrique; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia (org.). **Jornalismo e sociedade: Teorias e metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

PROSCÊNIO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/proscenio>. Acesso em: 9 nov. 2020.

RIBEIRO, Renato Janine. **Nuvens negras**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2016/05/1770361-nuvens-negras.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

SCHWARTSMAN, Hélio. **Cérebro, golpe e juiz natural**. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2016/08/1808607-cerebro-golpe-e-juiz-natural.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2020.

VERTIGEM. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S.l.]: Editora Melhoramentos Ltda., 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/vertigem>. Acesso em: 9 nov. 2020.

VIOLA, Paulinho da. **Para Um Amor no Recife**. [S.l.]: EMI Music Brasil Ltda., 1971. Disponível em: <https://youtu.be/PClFteQLPxI>. Acesso em: 9 nov. 2020.



9786583199676ISBN 978-65-83199-67-6

thesis editora
científica